

**UNIVERSIDADE UNIGRANRIO – AFYA
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO SUPERIOR EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Adriana Pinheiro de Oliveira

**PLANO REAL:
Um estudo sobre o controle inflacionário entre os anos de 1994 a 2002.**

**Rio de Janeiro – RJ
2025.1**

ADRIANA PINHEIRO DE OLIVEIRA

PLANO REAL:

Um estudo sobre o controle inflacionário entre os anos de 1994 a 2002.

Monografia apresentada à Universidade Unigranrio – Afya, como requisito necessário para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof^a Cristiane Vieira Valente

Rio de Janeiro – RJ
2025.1

PLANO REAL:
Um estudo sobre o controle inflacionário entre os anos de 1994 a 2002.

Monografia apresentada à Universidade Unigranrio – Afya como requisito necessário para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em _____ de _____ de 2025.

Cristiane Vieira Valente MsC. (Professor orientador)

BANCA EXAMINADORA

Prof.
Unigranrio

Prof^a
Unigranrio

Prof.
Unigranrio

ADRIANA PINHEIRO DE OLIVEIRA

Dedico este trabalho à minha mãe, Olga, que sempre esteve e está ao meu lado em todos os momentos da vida. Seu apoio e incentivo foram fundamentais para a realização desta graduação, que era meu sonho, e ao meu pai Ivan (In memoriam), que estaria orgulhoso desse momento.

Agradeço primeiramente a Deus, por estar sempre comigo, e me encorajar diante dos obstáculos que se apresentaram ao longo do curso, não permitindo que eu desistisse do meu sonho. Sem ele, eu nada seria!

À minha família, que soube entender a minha ausência, principalmente à minha mãe, Olga, que me incentivou a todo momento e não poupou esforços para que eu pudesse ter o melhor ambiente para estudar. Agradeço a compreensão pelas vezes em que ficou sozinha e deixamos de sair (e foram muitas) para que eu pudesse realizar esse trabalho.

Ao meu amigo Paulo que, mesmo à distância, sempre se mostrou presente, incentivando e torcendo pelo meu sucesso.

Aos amigos que me ajudaram respondendo às minhas pesquisas ao longo do curso.

A todos os professores do curso pelos seus ensinamentos e atenção, e em especial à Prof^a Gilmara Lapagesse, que me orientou no projeto desse TCC, com sua paciência e atenção.

À minha orientadora para o desenvolvimento desse trabalho de TCC, a Prof^a Cristiane Valente, que sempre soube entender minhas dificuldades, se mostrando atenciosa, paciente e solícita, procurando ajudar de todas as formas, obrigada por sua amizade.

E à Prof^a Dayse Lima Passos, que sempre me orientou e ajudou em todo o decorrer do curso.

Todos vocês ajudaram a tornar meu sonho em realidade!!

O meu mais sincero e profundo AGRADECIMENTO!!

AGRADECIMENTOS

“A Estabilidade monetária é o fator condicionante. A prosperidade é o fator condicionado”

Pedro Sampaio Malan (Ministro da fazenda)

Este trabalho de TCC tem como proposta abordar de que forma se deu o controle da inflação a partir da implantação do Plano Real no ano de 1994 até o ano de 2002, final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, sendo delimitado desta forma. Este trabalho se justifica como forma de entender os conceitos de inflação e a trajetória da Economia Brasileira desde a Grande Depressão de 1929 nos Estados Unidos e a criação e implantação de Planos econômicos a partir de 1985 na tentativa de estabilização da economia e o controle da inflação.

Dessa forma, procura-se mostrar as principais diferenças entre o Plano antecessor, o Plano Collor já nos anos de 1990 e o Plano Real, e quais foram os mecanismos utilizados na concepção e implantação da nova moeda no Plano Real que proporcionaram seu sucesso, além da análise das consequências na vida da população, bem como o controle inflacionário durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso após a sua implantação.

Palavras-Chave: Estabilização. Inflação. Moeda Indexada. Planos Econômicos. Plano Real.

RESUMO

This TCC work aims to address how inflation was controlled from the implementation of the Real Plan in 1994 to 2002, the end of Fernando Henrique Cardoso's second term, being delimited in this way. This work is justified as a way to understand the concepts of inflation and the trajectory of the Brazilian Economy since the Great Depression of 1929 in the United States and the creation and implementation of Economic Plans from 1985 onwards in an attempt to stabilize the economy and control inflation. In this way, it seeks to show the main differences between the predecessor Plan, the Collor Plan in the 1990s and the Real Plan, and what were the mechanisms used in the conception and implementation of the new currency in the Real Plan that provided its success, in addition to the analysis of the consequences in the life of the population, as well as the inflationary control during the two terms of Fernando Henrique Cardoso after its implementation.

Keywords: Stabilization. Inflation. Indexed Currency. Economic Plans. Real Plan.

FIGURA 1 – Principais origens da Inflação.....	19
FIGURA 2 – Gráfico de Conceitos Relativos à Inflação	22
FIGURA 3 – Inflação ao mês durante os planos econômicos antes do Real	40
FIGURA 4 – Reservas internacionais em US\$ Milhões	46
FIGURA 5 – Taxa de câmbio e Risco País – C-Bonds	46
FIGURA 6 – Taxas de Inflação anual (%) – (1995 – 1998)	47
FIGURA 7 – Dívida externa total, setor público e privado – US\$ Milhões – (1994-2002)	48
FIGURA 8 – Troca do regime de câmbio fixo pelo câmbio flutuante.....	50
FIGURA 9 – Taxas de crescimento econômico – PIB (%) – (1985-2002)	54
FIGURA 10 – Taxas de Inflação anual (%) – (1999 – 2002)	55
FIGURA 11 – Número de benefícios concedidos – (1996 – 2002)	56
FIGURA 12 –Taxas de Inflação (%) - (1985-2002).....	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACC – Adiantamento Sobre Contrato de Câmbio
CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CMN – Conselho Monetário Nacional
COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IED – Investimento Estrangeiro Direto
IOF – Imposto Sobre Operações Financeiras
IPMF – Imposto Provisório Sobre Movimentação Financeira
INCC – Índice Nacional de Custo da Construção
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPA – Índice de Preços por Atacado
IPA-M – Índice de Preços ao Produtor Amplo
IPC – Índice de Preços ao Consumidor
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPC-M – Índice de Preços ao Consumidor
IPC-R – Índice de Preços ao Consumidor em Real
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
ORTN – Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional
OTN – Obrigação do Tesouro Nacional
PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo – Criada em 1964 pelo governo militar
PIB – Produto Interno Bruto
POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares
RMV – Renda Mensal Vitalícia
SAE – Secretaria de Acompanhamento Econômico
SBDC – Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência
SDE – Secretaria de Direito Econômico
SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – É a taxa básica de juros
SNIPC – Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor
SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito – Criada em 1945
URP – Unidade de Referência de Preços
URV – Unidade Real de Valor

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	OBJETIVOS.....	14
1.1.1	Objetivo Geral	14
1.1.2	Objetivos Específicos.....	14
1.1.3	Delimitação do Estudo.....	14
1.2	JUSTIFICATIVA	15
1.3	METODOLOGIA.....	15
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO	15
2	INFLAÇÃO. UMA BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA	16
2.1	CONCEITOS DE INFLAÇÃO.....	17
2.1.1	Causas da Inflação.....	17
2.1.2	Tipos de Inflação.....	19
2.1.3	Consequências da Inflação.....	22
2.1.4	Métodos de Medição da Inflação no Brasil	23
3	CONTEXTUALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA	25
3.1	A VELHA REPÚBLICA.....	25
3.2	A NOVA REPÚBLICA.....	27
3.2.1	Plano Cruzado I (Fev-1986).....	28
3.2.2	Plano Cruzado II (Nov-1986).....	30
3.3.3	Plano Bresser (Jun-1987).....	31
3.3.4	Plano Verão (Jan-1989).....	32
3.3.5	Plano Collor I (Mar-1990).....	34
3.3.6	Plano Collor II (Jan-1991).....	36
3.3.7	Plano Real (1993 - 1994).....	37
4	ANÁLISE DA CONSEQUÊNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL	41
4.1	1º MANDATO - GOVERNO FHC (1995 - 1998)	41
4.2	2º MANDATO - GOVERNO FHC (1999 - 2002)	48
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
	REFERÊNCIAS.....	61
	ANEXO A – NOTÍCIA JORNAL O GLOBO – “COLLOR BLOQUEIA O DINHEIRO”	64
	ANEXO B - QUADRO COMPARATIVO DOS PLANOS ECONÔMICOS ANTERIORES E O PLANO REAL.....	65
	ANEXO C - O BRASIL ANTES E DEPOIS DO PLANO REAL	66
	ANEXO D - PROGRAMAS SOCIAIS IMPLEMENTADOS NO GOVERNO FHC - (1995-2002)	67

1 INTRODUÇÃO

O Brasil viveu momentos de muitas expectativas e incertezas a partir dos anos de 1985, no início da Nova República. Era a volta da democracia após anos de regime militar, eleições diretas para presidente, além de muitas esperanças da população, porém, desde então, conviveu com um grande problema na economia que fora herdada de governos anteriores, a inflação.

Na tentativa de combatê-la, vários planos econômicos em diversos governos foram criados e colocados em prática, mas todos sem sucesso, o que causava cada vez mais inflação, chegando à tão temida hiperinflação.

Assim, este trabalho tem por finalidade mostrar a concepção e a implantação de mais um plano econômico do governo brasileiro, o Plano Real, em uma nova tentativa de combater a inflação no Brasil, estabilizar a economia brasileira, combater as desigualdades sociais e evidenciar os seus impactos na economia e na sociedade.

Acredita-se também que, diferentemente dos planos antecessores, a abertura com o comércio exterior, controle dos déficits públicos e a criação de um fator de conversão monetária que facilitou a transição para uma nova moeda, tenham sido os principais mecanismos utilizados na formulação inicial do Plano e que proporcionaram o seu sucesso. Em contrapartida, observam-se as transformações ocorridas na economia, as expectativas da população em relação à implementação das medidas, e de que forma a contenção da hiperinflação impactou no poder de compra da população e influenciou no crescimento econômico do Brasil.

Serão verificadas também as medidas adotadas e utilizadas durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), no controle da inflação, estabilização econômica, como também as taxas de inflação e crescimento econômico.

1.1 OBJETIVO

1.1.1 Objetivo Geral

Compreender as medidas de controle inflacionário a partir da implantação do Plano Real em 1994.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Descrever os principais conceitos sobre inflação e teorias inflacionárias,
- b) Caracterizar a Economia Brasileira durante as décadas de 1980 e 1990,
- c) Descrever sobre as consequências na economia e na sociedade brasileira após a implantação do Plano Real e,
- d) Analisar as taxas de inflação após a implantação do Plano Real em 1994 até o final do segundo mandato de FHC em 2002.

1.1.3 Delimitação do Estudo

A delimitação do estudo terá como foco principal o controle da inflação com a implantação do Plano Real e as medidas utilizadas para a estabilização da economia e diminuição das desigualdades sociais no primeiro (1995-1998) e segundo mandato (1999-2002) de Fernando Henrique Cardoso.

Contará também com uma abordagem sobre conceitos e teoria da inflação e suas variações, causas e consequências, como também aspectos da economia brasileira na velha república e os planos econômicos que antecederam ao plano real já na nova república a partir de 1985.

1.2 JUSTIFICATIVA

Um estudo sobre o controle da inflação permite avaliar o aumento do poder de compra da população e os impactos sociais, além do crescimento econômico brasileiro.

1.3 METODOLOGIA

Consiste em uma pesquisa bibliográfica por meio de livros, depoimentos de políticos da época, bem como sites oficiais com informações e índices apurados e demais sites confiáveis a respeito do tema, além da utilização do método estatístico e comparativo, o que contribui de forma importante para o entendimento e corrobora para a veracidade dos fatos e dos números apresentados.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho se subdividirá em:

INTRODUÇÃO

CAP. 1: Inflação. Uma breve discussão teórica.

CAP. 2: Contextualização da Economia Brasileira

CAP. 3: Análise da Consequência da Implantação do Plano Real

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

2 INFLAÇÃO. UMA BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA

Durante a trajetória da economia brasileira, o Brasil conviveu com altas taxas de inflação a partir do ano de 1985, já na Nova República. A inflação a cada ano só aumentava com o aumento dos juros internacionais e a indexação da moeda. Mesmo com a implantação de diversos planos econômicos que tentavam controlar a aceleração inflacionária e encontrar a estabilização econômica, isso ocorreu somente com a implantação do Plano Real em 1994.

O país viveu no período do plano de metas de Juscelino e no regime militar um momento de grande desenvolvimento, porém às custas de financiamento externo tanto para as empresas estatais quanto para as privadas, levando o país ao endividamento externo e déficit nas contas públicas, além de sofrer com os choques do petróleo em 1973 e 1979, que impactaram na economia na década de 1980.

No segundo choque internacional do petróleo em 1979, ocorria a elevação do preço do produto, levando a um aumento da inflação nos Estados Unidos pela dependência que tinham dessa commodity, o que fez com que o Federal Reserve (Banco Central Americano) subisse as taxas de juros para conter a alta da inflação, causando uma recessão em todo o mundo. A dívida externa de países da África e América Latina tornou-se impagável após vultoso aumento, levando o México a decretar moratória em 1982.

Apesar da recessão no início da década de 1980, o Brasil apresentava melhora no balanço de pagamentos por conta dos incentivos à exportação, mas ainda assim a inflação continuava a subir, uma vez que os agentes econômicos repassavam aos preços os efeitos causados pelo choque do petróleo, o que contribuía cada vez mais para o aumento da inflação e que deteriorava a distribuição de renda e aumentava o nível de pobreza da população.

Com os juros internacionais mais altos, a dívida só crescia, ocorrendo a “Estatização da dívida”, que tornava as dívidas externas das empresas particulares em dívidas do Estado e que, em 1984, já representava 33,2% do PIB, dificultando a “rolagem da dívida”, o que levou o Estado, em 1983, a adotar um pacote fiscal com o intuito de diminuir o déficit público, porém a inflação continuava subindo.

2.1 Conceitos de Inflação

Mas o que seria inflação? Quando um determinado produto possui aumento constante, não podemos dizer que temos inflação, pois trata-se de um caso isolado, sendo necessário a constatação de um aumento generalizado nos preços de bens e serviços de forma contínua durante um período de tempo, causando não só uma desvalorização da moeda e perda do poder de compra, como também várias outras consequências, dentre elas, o desemprego.

No caso de não haver variação nos percentuais de um mês para outro, pode ser considerada como taxa de inflação constante, porém com mecanismos de indexação formal (utilizada para reajuste de salários, contratos e aluguéis) e indexação informal (utilizada para reajuste de preços e tarifas públicas), temos a inflação inercial, mas se por outro lado já é possível constatar um aumento gradativo a cada mês na taxa de inflação, esta pode demonstrar que já há uma aceleração inflacionária, sendo essa a mais preocupante, pois sem controle acaba por levar à hiperinflação, que pode ser considerada quando a inflação mensal ultrapassa os 50%, o que ocorreu no Brasil entre os anos de 1985 e 1994.

2.1.1 Causas da inflação

São inúmeras as causas da inflação, dentre elas o aumento da demanda, a falta de insumos, menor oferta de produtos, os choques na economia, como o do petróleo, por exemplo, o aumento de emissão de moeda, fatores psicológicos (inércia), gastos públicos, indexação, além de desordem política, predominante no Brasil com o retorno da democracia.

Pela concepção Cepalina¹, o processo inflacionário decorria do processo de industrialização dos países da América Latina, que acarretava no aumento da urbanização e a diminuição agrícola, porém, a demanda pelos produtos agrícolas aumentava, causando estrangulamento na oferta, o que elevava os preços dos produtos, além do processo de propagação causado pelo Estado pelo excesso de protecionismo às indústrias que permitia que estas repassassem o aumento dos seus custos para os salários e produtos, como também a estrutura oligopólica do mercado

¹ **Concepção Cepalina** – Conjunto de ideias e análises sobre o desenvolvimento econômico da América Latina e Caribe.

e por último, ao preço final do produto, o que causava a continuidade do processo inflacionário.

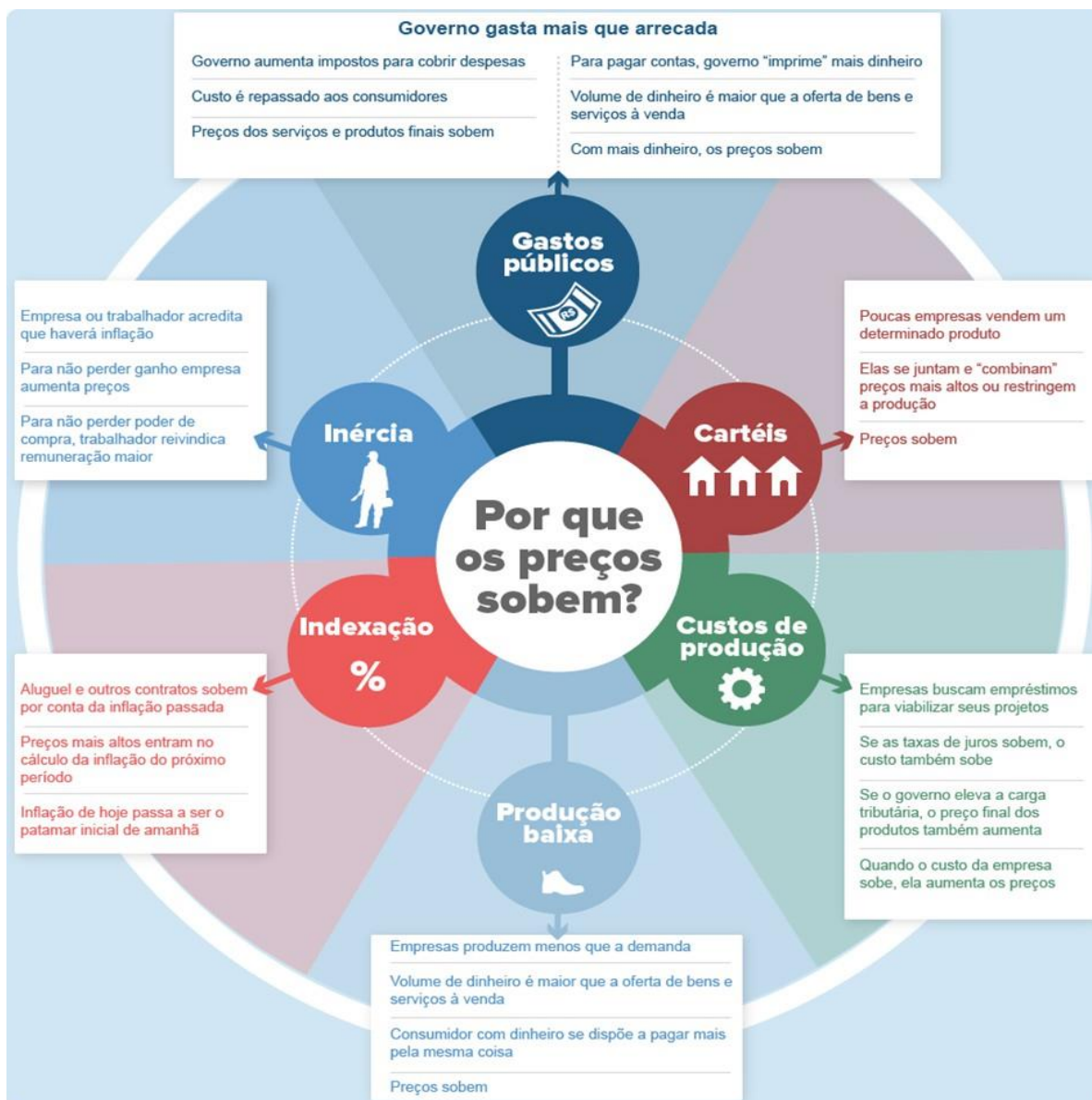
Os governos anteriores a 1985 utilizavam modelos ortodoxos na tentativa de controle da inflação, mas os efeitos eram passageiros, além de sofrerem os impactos dos choques internacionais.

Os modelos ortodoxos adotados anteriormente ao Plano Cruzado não surtiram efeitos na estabilização da economia do país. Foi então que economistas como Francisco Lopes, Lara Resende e Pêrsio Árida, ligados à PUC-RJ, na chamada Corrente Inercialista, buscaram explicar as causas da inflação.

Segundo Lopes, a inércia vem ou pelo comportamento defensivo dos agentes que tentam defender periodicamente seus picos de renda ou, segundo Lara Resende e Pêrsio Arida – Larida, pelo fato de os agentes tentarem defender sua renda real média, usando como previsor da inflação futura a inflação passada; quando a inflação se acelera, os agentes tentam aumentar o pico de renda ou reduzir o intervalo de reajuste, com o qual se perpetua a inflação.

No Brasil, o processo de repasse de aumentos, somando a inflação passada à expectativa de inflação futura, tornou a inflação inercial, o principal tipo de inflação na década de 1980 até meados de 1990.

Figura 1: Principais origens da inflação



Fonte: Globo.com

<https://g1.globo.com/economia/inflacao-causas/platb/>

2.1.2 Tipos de Inflação

Como dito anteriormente, a inflação inercial foi o principal tipo de inflação no Brasil, mas, conforme a Teoria da Inflação, existem outros tipos de inflação que recebem denominações distintas conforme a sua causa.

Os tipos de inflação mais comuns são: por demanda, de custos ou oferta; estrutural; monetária; inercial; global; espiral; reprimida; estagflação, desinflação, deflação e hiperinflação.

- Inflação por demanda - De acordo com a teoria da inflação, no curto prazo, há uma procura por bens e serviços maior do que a capacidade das indústrias e empresas atenderem, motivada pelo aumento da renda da população, quando a economia se aproxima do pleno emprego, causando uma escassez de produto, e como consequência, o aumento no preço final como forma de conter a demanda.

- Inflação de custos ou oferta - De custos, quando a taxa nominal salarial está acima da produtividade, ou aumento de preço de um insumo que faz parte da produção de um determinado produto ou serviço, ou de oferta, quando há escassez de algum insumo para a produção de um produto, o que em ambas situações acaba gerando um aumento no preço final do bem ou serviço, que é repassado ao preço final ao consumidor.

- Inflação estrutural - Essa é causada quando a infraestrutura a ser utilizada na comercialização dos produtos é precária, dificultando o acesso entre as empresas, como também toda a logística até o consumidor final, como exemplo, as estradas com difícil acesso, encarecendo o frete e, por sua vez, o produto final.

- Inflação monetária - Quando o governo coloca uma grande quantidade de moeda em circulação na sociedade e um aumento na oferta de crédito como forma de aquecer a economia, porém, acaba gerando uma maior procura por aquisição de bens e serviços, que não conseguem ser supridos pelas empresas, ocasionando aumento nos preços.

- Inflação inercial - É o tipo de inflação que conta diretamente com o fator psicológico dos produtores e da sociedade, uma vez que são criadas expectativas acerca da inflação futura. Nesse tipo de inflação, os produtores acreditam na continuidade das taxas de inflação e acabam por reajustar seus preços tomando por base taxas passadas de inflação. Os eventos climáticos, políticos, etc., em outros países também influenciam os produtores a aumentarem os preços antes mesmo da confirmação da influência desses eventos ou não, pois acreditam que seus custos irão aumentar com isso. Um produtor, ao aumentar o preço do seu produto, o outro também o fará, o que acaba por gerar preocupações na sociedade, pois mesmo que sua renda também aumente, suas despesas também aumentarão.

Este tipo de inflação foi característico no Brasil a partir da década de 1980, mais precisamente a partir de 1985, e se manteve até a implantação do Plano Real em 1994.

- Inflação global - Ocorre quando há uma elevação dos preços na economia interna em vários países ao mesmo tempo, impactando nos preços de exportação de outros países, bem como no preço dos seus produtos internamente.

- Inflação espiral - É causada quando os trabalhadores recebem reajustes salariais como forma de repor as perdas causadas pela inflação, com isso, há um aumento nos custos por conta desses reajustes, levando as empresas a aumentarem o valor dos seus produtos e/ou serviços, que é repassado ao consumidor final.

- Inflação Reprimida - Registrava-se esse tipo de inflação no Brasil quando era aplicado o congelamento dos preços nos planos econômicos, que por muitas vezes tornava inviável a produção e comercialização do produto e gerava escassez e, com o descongelamento, causava a alta nos preços. Ocorre também quando não há incentivos do governo para as empresas produzirem algum produto e quando sua produção retorna, leva a um aumento nos preços.

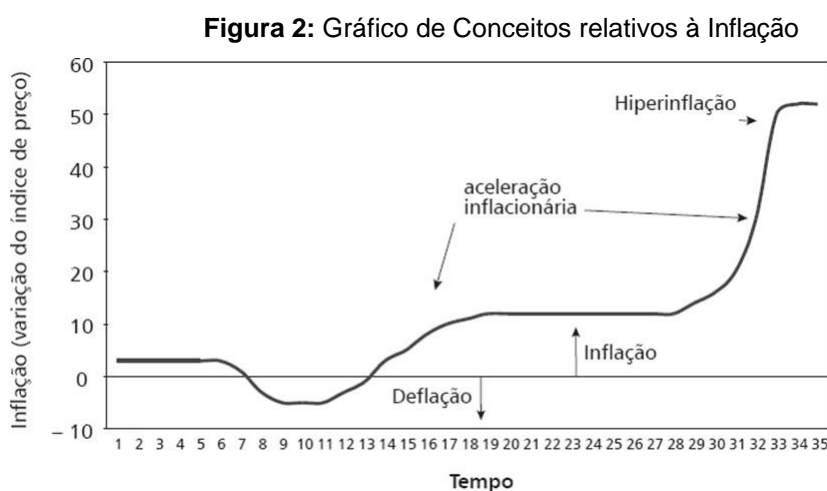
- Estagflação – Ocorre quando há uma desaceleração na economia por um período prolongado, causada pela queda na demanda, diminuição da produção, aumento do desemprego e aumento da inflação, que é afetada pelos choques internos e externos.

- Desinflação – Não significa eliminação da inflação, mas uma desaceleração progressiva e diminuição nas taxas de inflação, com a redução gradativa nos preços, porém, estes ainda apresentam reajustes, mesmo sendo a uma taxa mais baixa. Uma das causas possíveis é o aumento da atividade econômica.

- Deflação – Pode-se dizer que é o contrário da inflação. Nesse caso, há uma queda generalizada nos preços de bens e serviços em um determinado período. Caso se estenda por mais tempo, pode levar à recessão, pela diminuição dos

investimentos, produção e consumo, como também pela expectativa de mais redução nos preços.

- Hiperinflação – Ocorre quando há um descontrole exagerado nos níveis de preços, com sucessivos reajustes em curto espaço de tempo e as taxas de inflação ultrapassam 50% no mês, causando não só a perda do poder de compra e o empobrecimento da população, como também a desvalorização da moeda.



Fonte: Economia Contemporânea – Capítulo 5 – Inflação – Pág. 102

2.1.3 Consequências da Inflação

As consequências da inflação são inúmeras e levam a diversas distorções em cadeia que prejudicam o crescimento econômico.

As distorções nos preços relativos, nesse contexto, causam ineficiência na economia, pois torna-se impossível saber se determinado produto está caro ou não, o que compromete a tomada de decisão dos agentes econômicos em quanto produzir.

Outra consequência é a perda de poder de compra da sociedade, onde a desvalorização da moeda torna o preço dos produtos e serviços mais caros, além da desigualdade de renda por conta da diferença de reajustes, em que para alguns ocorre de maneira mais lenta e para outros que estão atrelados aos preços têm aumentos mais rápidos, e acabam por se beneficiar.

O Estado também se prejudica de várias formas, já que ocorre um aumento da dívida pública com o aumento dos juros, pois este deve cobrir não só os efeitos da inflação como também os riscos pela incerteza da economia, além da variação da taxa

de câmbio, ocorrendo em fuga de capitais, bem como sofrer um problema de ordem fiscal, o chamado Efeito Oliveira-Tanzi, que por conta da defasagem de tempo entre o recolhimento do imposto e o fator gerador, o efeito da inflação faz com que haja a redução no valor da arrecadação.

E ainda, pode ser mencionado o custo de transação da economia, que se refere ao quanto de tempo, trabalho e utilização de mecanismos são dispendidos para pesquisa de preços e elaboração de contratos visando minimizar os efeitos da inflação.

2.1.4 Métodos de medição da Inflação no Brasil

No Brasil, até 1979, o Ministério do Trabalho era o órgão responsável pelo cálculo do índice de inflação e, a partir de março de 1979, passou a ser realizado pelo IBGE, e o primeiro índice criado foi o INPC, que mede o custo de vida das famílias com renda de 1 a 5 salários mínimos, estas mais vulneráveis à inflação, onde seus gastos são mais voltados para itens básicos.

Para o cálculo do INPC, o IBGE procura garantir a inclusão de pelo menos 50% das famílias assalariadas e residentes em áreas urbanas e que possuem entre 1 a 5 salários mínimos e que têm a cobertura do SNIPC.

Seu cálculo é realizado através da média ponderada dos referidos aumentos de dez índices metropolitanos (Belém - PA; Belo Horizonte - MG; Curitiba – PR; Fortaleza – CE; Grande Vitória – ES; Porto Alegre – RS; Recife – PE; Rio de Janeiro – RJ; Salvador – BA e São Paulo – SP), além dos municípios de Goiânia – GO; Campo Grande – MS; Rio Branco – AC; São Luís – MA e Aracaju – SE; e Brasília – DF, e a realização desses cálculos e divulgação dos resultados é responsabilidade do IBGE e que faz parte do SNIPC.

Após a delimitação do público-alvo, é feita a análise do POF, com o intuito de identificar a forma como as famílias realizam seus gastos. Feita essa identificação, é montada uma “cesta de produtos” separada em categorias e é atribuído um peso a cada um dos grupos, sendo uns maiores e outros menores conforme o nível do consumo e o peso que representa no orçamento das famílias.

Com essa cesta montada, é realizado um levantamento dos preços do 1º ao 30º dia do mês e calculada a média de gastos mensal das famílias.

Em janeiro de 1980, O IPCA foi divulgado pela primeira vez, índice esse que mede o custo de vida das famílias com renda entre 1 a 40 salários mínimos, sendo esse adotado como o índice oficial no Brasil para a divulgação da taxa de inflação.

Como há uma grande variação de bens e serviços e cada produto tem a sua variação nos preços, houve a necessidade da criação de índices de preços, ou índices de inflação, para que pudessem efetuar o cálculo das taxas de inflação.

Para o cálculo do IPCA, assim como no cálculo do INPC, é feita a análise do POF, avaliando como as famílias gastam suas rendas e identificando os itens consumidos de maior peso nas rendas. Assim, é realizada a coleta em torno de 430 mil preços de produtos mais consumidos em 30 mil locais e é realizada a comparação destes com os preços registrados no mês anterior.

Seu cálculo é realizado através da média ponderada dos referidos aumentos dos dez índices metropolitanos (Belém - PA; Belo Horizonte - MG; Curitiba - PR; Fortaleza - CE; Grande Vitória - ES; Porto Alegre - RS; Recife - PE; Rio de Janeiro - RJ; Salvador - BA e São Paulo - SP), além dos municípios de Goiânia - GO; Campo Grande - MS; Rio Branco - AC; São Luís - MA e Aracaju - SE; e Brasília - DF. Seu cálculo é realizado por meio da média ponderada dos valores da POF.

Além destes índices, o INPC e o IPCA, sendo considerados os principais, o IBGE também possui outros índices, como o IPCA-15 que atua como uma prévia do IPCA; IPCA-E que é o acumulado trimestral do IPCA-15; IPP que mede a variação dos preços de venda de valores recebidos de bens e serviços, porém mais voltado ao setor industrial e o SINAPI, sendo este voltado ao cálculo da variação dos preços da habitação e construção, e é calculado juntamente com a Caixa Econômica Federal.

Atualmente, além do IBGE, existem outras instituições que também aferem o cálculo, sendo as mais importantes a FGV e a FIPE.

A FGV calcula o IGP-M, normalmente utilizado em contrato de aluguéis, cálculos de seguros de saúde e reajuste de tarifas públicas, e sua composição é feita através de três outros índices: o IPA-M, IPC-M e o INCC.

Já a FIPE, efetua o cálculo do IPC-Fipe, que atua na cidade de SP e mede a variação dos preços nos municípios de famílias com renda de 1 a 10 salários mínimos.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

3.1 A Velha República

Identifica-se como ponto de partida a crise da Grande Depressão em 1929 nos Estados Unidos, que afetou a exportação do café no governo Vargas em 1930, causando déficits no balanço de pagamentos. Com a crise, o Brasil voltou-se para o desenvolvimento da indústria interna de bens de consumo não duráveis, aumentando sua capacidade com a mão de obra do campo para as cidades, dando início ao Processo de Substituição de Importação (PSI), que logo se expandiu para outros setores, passando para o Processo de Substituição por Etapas, pois não era mais possível desenvolver um setor sem desenvolver outro. Esse processo iniciava-se em 1930 e se estendeu até meados de 1970.

A agricultura também tinha um papel importante, fornecendo matéria-prima e alimentos, como também consumia os produtos das indústrias, como, por exemplo, televisores.

Destaca-se também que, no período da Segunda Guerra Mundial, com as economias mundiais voltadas para a guerra, o Brasil beneficiou-se do bom relacionamento com os Estados Unidos, onde atuou como aliado, fornecendo matérias-primas e servindo como base militar americana. O Pós-Guerra trouxe um grande desenvolvimento em infraestrutura, bem como na produção manufatureira, fortalecimento das forças armadas, além de uma robusta reserva de moeda forte.

Governo Juscelino Kubitschek - Plano de Metas (1956-1960)

O Plano de Metas tinha por objetivo a modernização e a industrialização do país, nas áreas de transportes, energia, infraestrutura, dando continuidade ao processo de substituição de importações.

Para viabilizá-lo, adotava medidas internas e dentre elas, a emissão de moeda, o que ocasionava em aceleração inflacionária, mas ainda assim havia a necessidade de captar investimentos estrangeiros, que só foi possível pela Instrução nº 113 da SUMOC do governo de Café Filho (1954-1955) que permitia IED sem cobertura cambial, que acabava atraindo muitas multinacionais.

Ocorria então um expressivo avanço do Plano de Metas, com construção pesada por todo o país, como companhias siderúrgicas, além da construção de Brasília, que passava a ser a nova capital do país.

O Plano de Metas cumpriu os seus objetivos, porém não só a um custo muito elevado de capital estrangeiro com aumento da dívida externa, inflação, como também de desordem fiscal para os governos posteriores, apesar das altas taxas do PIB Real até 1961.

“Milagre Econômico” (1960-1973)

A década de 1960 foi marcada por grande instabilidade econômica, tanto conjuntural como estrutural, no país, recessão em 1962 e 1963 pela alta taxa de inflação, déficits fiscais, desemprego, além de ser politicamente conturbada.

Com o passar dos anos, os conflitos políticos tornaram-se mais intensos e, diante do clamor da sociedade, em 31 de março de 1964, o governo de João Goulart sofreu um golpe militar que o destituiu do poder, dando início à ditadura de Castelo Branco e à implantação do PAEG, que tinha por objetivo diminuir os déficits, controlar a inflação, efetuar reformas fiscais e financeiras e retomar o crescimento.

Durante o regime militar, o Brasil vivia um grande crescimento econômico com o PIB médio em 11,2% a.a., diminuição da inflação em torno de 30% a.a., criou-se a correção monetária, o FGTS e o Banco Central, estimulava-se a entrada de capital estrangeiro que vinha através das empresas multinacionais, como por empréstimos em instituições financeiras internacionais e aumentava-se as exportações. Nesse período, foram realizadas grandes e importantes obras como a Ponte Rio-Niterói, Infraero, Telebrás, ampliação de siderúrgicas, hidrelétrica de Itaipu, Rodovia Transamazônica e outras, porém, todo esse crescimento deixou um grande endividamento externo, inflação em descontrole e declínio do crescimento econômico, agravadas pelos choques do petróleo em 1973 e 1979.

3.2 A Nova República

Em 1985, iniciava-se a Nova República, com grandes turbulências econômicas e principalmente políticas que influenciaram diretamente os acontecimentos a partir daquele momento.

Com um quadro de recessão ocorrido de 1981 a 1983, mesmo com um superávit por conta da diminuição das importações e incentivos à exportação, registrava-se aumento da inflação. Verificava-se que a inflação vinha do comportamento dos agentes econômicos, que se precavam dos efeitos dos choques na economia, reajustando os preços dos seus produtos como forma de manter suas rendas, o que só impulsionava o processo inflacionário.

Em 1984, com a alta dos juros internacionais, os encargos da dívida pública comprometiam grande parte do PIB, o que levou à “Estatização da Dívida”, que transferia para o governo as dívidas que as empresas privadas tinham com instituições financeiras estrangeiras, mecanismo esse autorizado pela Resolução 432 do CMN, do governo de Ernesto Geisel, aumentando ainda mais o déficit público e dificultando a rolagem da dívida.

Era o primeiro governo civil após um longo período de regime militar, a volta da democracia ao país, além de muitas demandas reprimidas, pressões políticas e sociais, e um grande desafio que era o combate à inflação que registrava 235% a.a. no final de 1985, além da elaboração da Constituição Federal de 1988.

Na tentativa de combater a inflação e alcançar a estabilização econômica, foram criados e implementados diversos planos econômicos heterodoxos² e ortodoxos³, sendo no Governo de José Sarney (1985-1989), o Plano Cruzado I e II (1986), Plano Bresser (1987) e o Plano Verão (1989). Já no Governo de Fernando Collor de Mello, foram implementados o Plano Collor I (1990), Plano Collor II (1991) e, no Governo de Itamar Franco (1993), a criação, planejamento e implantação do Plano Real (1994).

² **Heterodoxos** – Para os heterodoxos, a inflação não decorre de excesso de emissão de moeda. É vista como decorrência da inflação.

³ **Ortodoxos** – Para os ortodoxos, a inflação é decorrente do processo de emissão monetária que eleva a demanda e força a alta de preços. Deve-se estancar a emissão de moeda para combater a inflação.

Os planos inicialmente mostravam-se eficientes, mas com o tempo fracassavam, o que levava a aprimorar os planos seguintes, mas ainda assim, a inflação continuava a subir, culminando na hiperinflação de 2000% a.a. no final do governo de José Sarney. Apesar do crescimento do PIB em 1985, ao final do mesmo ano e início de 1986, as taxas de inflação continuavam a subir, como reflexo dos choques na agricultura e do próprio crescimento do PIB. Verificava-se então a necessidade de implantar um plano econômico, chamado de Plano Cruzado.

3.2.1 Plano Cruzado I (Fev-1986)

O Plano Cruzado foi implantado em 28 de fevereiro de 1986, após a aceleração inflacionária do final do ano de 1985 e início de 1986, e tinha semelhanças com o Plano Austral⁴ utilizado na Argentina em 1985.

O objetivo do plano não era só o combate à inflação, mas também efetuar diversas reformas estruturais na economia, a retomada dos fluxos externos, etc.

Tratava-se de um plano heterodoxo e tinha como principais medidas:

- Congelamento de preços e reforma monetária – Com data base em 28 de fevereiro de 1986, de forma a não permitir que a inflação passada influenciasse a futura, congelando os preços sem nenhuma compensação, menos as tarifas de energia, que ao contrário reajustaram em 20%. Quando do congelamento, por conta das datas dos reajustes, alguns preços estavam defasados e outros majorados, com isso geraram-se distorções nos preços relativos influenciados pela alta taxa de inflação, pois não havia prazo para descompressão e compensação.

Foi criada uma moeda forte, o Cruzado, e com uma equiparação do Cruzeiro (CR\$1.000,00) ao Cruzado (CZ\$1,00) e a fixação da taxa de câmbio com data de 27 de fevereiro de 1986, pois não havia necessidade de desvalorização pela tendência da desvalorização do dólar.

- Índices de preços e Caderneta de poupança - Qualquer reajuste de preços após 28 de fevereiro de 1986 não valeria, criava-se a “Tabela da SUNAB”, com uma lista de produtos e os seus preços na data de congelamento e eram fiscalizados pelos

⁴ **Plano Austral** – Plano Econômico Heterodoxo de estabilização implantado na Argentina na década de 1980.

consumidores, conhecidos como “Fiscais do Sarney”, e as empresas que não respeitassem seriam denunciadas e multadas por crime contra a economia popular.

As poupanças continuariam a ser corrigidas, porém de forma trimestral, como forma de não gerar perdas pela redução inflacionária.

- Desindexação da economia – Adotou-se a OTN, que foi congelada pelo prazo de 12 meses em substituição à ORTN, e aplicavam-se regras distintas para os ativos, exceto a caderneta de poupança.

Proibia-se a indexação em contratos pós-fixados com prazos menores a 1 ano e os juros acima da correção transformados em juros nominais. Para os contratos pós-fixados, que continuavam em Cruzeiro, foi criada uma Tablita de conversão com 0,45% ao dia, que correspondia à média da inflação diária entre dezembro de 1985 e fevereiro de 1986, data de início do congelamento, o que reduzia a inflação contida nas obrigações financeiras.

- Política salarial – Os salários foram calculados pela média dos últimos 6 meses corrigidos para fevereiro já em Cruzados e aplicado o congelamento, além da concessão de um abono de 8% e para o salário mínimo um abono de 16% para não haver perda aos assalariados. Criava-se o “gatilho salarial”, como proteção ao salário do trabalhador, que seria utilizado caso a inflação atingisse 20%, e se o IPC ultrapassasse esse percentual, as diferenças acima do limite de 20% seriam repostas nos reajustes seguintes.

Observava-se naquele momento o sucesso do plano, com a imediata queda nas taxas de inflação e o grande apoio popular que fiscalizava o congelamento e denunciava os comerciantes que aumentassem os preços tabelados. Além disso, registrava-se também o crescimento econômico, a redução do desemprego, aumento na produção, o aumento real dos salários nominais, o que aumentava a demanda principalmente nos mercados com preços defasados, o que acabou gerando escassez, filas de espera e cobrança de ágio⁵.

Percebia-se a tentativa de agentes em burlar o congelamento, retirando mercadorias das prateleiras temendo prejuízos, o que gerava desabastecimentos

⁵ **Ágio** – Valores pagos a mais do valor inicialmente estipulado.

aumentando ainda mais a escassez e a demanda, que decorria da expectativa do fim do congelamento e não da real demanda natural do mercado.

Na tentativa de conter a alta demanda, adotavam-se medidas, como redução do crédito ao consumidor, isenção de impostos, liberação das importações de alimentos, etc., porém os problemas continuavam, mesmo com as taxas de inflação permanecendo baixas. O que se observava era uma redução na balança comercial, com a desvalorização do câmbio, além da diminuição do IED e da fuga de capitais pela diminuição das taxas de juros devido à expansão monetária, aumentando o déficit público.

O Estado até tentou desacelerar a economia, implementando o “Cruzadinho”, em 24 de junho de 1986, um miniplano que previa empréstimos compulsórios sobre os preços dos combustíveis, automóveis e passagens aéreas, porém tais medidas não surtiram efeito e havia a preocupação com o retorno da espiral inflacionária.

3.2.2 Plano Cruzado II (Nov-1986)

Logo após a vitória do partido do governo nas eleições, em novembro de 1986, era implantado o Plano Cruzado II, na tentativa de controlar o déficit público ocasionado pela fuga de capitais e o aumento das importações, através de uma política econômica restritiva que visava o aumento das receitas do PIB em 4% com o aumento das tarifas e impostos indiretos como forma de ajustar os preços de alguns setores. No entanto, havia a pressão destes setores a incorporar o aumento das tarifas e impostos nos bens de consumo, e assim como os salários, o “gatilho” foi limitado a 20% e os excedentes incorporados aos gatilhos seguintes.

No início de 1987, a inflação voltava a aumentar, chegando a 16,8%, fazendo o gatilho disparar. Em seguida, encerrou-se o controle dos preços, a indexação retornava pior do que antes, voltando a corrigir os salários mensalmente e a ORT sofreu reajuste. O retorno dos indexadores, juntamente com a restrição ao crédito, poderia causar inúmeras falências, principalmente aos contratos com valores defasados. Com isso, o governo optou por uma indexação parcial, quando atrelou alguns ativos ao “overnight”⁶, porém a um custo da piora fiscal.

⁶ **Overnight** - Operações Financeiras dos Bancos de um dia para outro no mercado aberto.

A instabilidade financeira em uma economia desaquecida pela redução na demanda, o desalinho de oferta causado pelo longo período de congelamento de preços, uma expectativa de aumento da inflação por conta da falta de indexadores formais⁷ tornando a taxa de juros mais elevada, levava, em fevereiro de 1987, à decretação da moratória para conter as perdas de reservas e renegociação da dívida externa. Tais acontecimentos levaram a inflação a atingir 20% em abril de 1987, levando o Ministro Dílson Funaro a ser substituído por Bresser Pereira.

Assim, acredita-se que o fracasso do Plano Cruzado tenha ocorrido pelo prolongamento de tempo do congelamento de preços, uma demanda excessiva que gerava escassez de produtos e pela falta de empenho no controle das contas externas.

3.2.3 Plano Bresser (Jun-1987)

O fracasso do Plano Cruzado deixou muitos ensinamentos, entre eles, o novo comportamento adotado pelos agentes econômicos, a “expectativa de congelamento”, de que quando a inflação aumentava, estes tomavam medidas que levavam a população a agir de forma a provocar a aceleração inflacionária, ou seja, um fator psicológico, que levava à continuação da inflação inercial.

Inicialmente, em 01 de maio de 1987, aplicava-se uma minidesvalorização do Cruzado em 7,5%, porém, o aumento da inflação gerava especulação sobre a criação de um novo plano, uma vez que o ministro também simpatizava com a linha heterodoxa.

O Plano Bresser foi um novo plano econômico de estabilização, implantado em 12 de junho de 1987, e era considerado um plano emergencial que objetivava conter a aceleração inflacionária e deduzir o déficit público, com 3 pontos principais: O congelamento de preços e salários por 3 meses a partir de 12 de junho de 1987, com resíduos inflacionários sendo pagos em até 6 parcelas; a criação de novo indexador, a URP, para reajuste salarial; e congelamento de aluguéis sem compensação, além de manter uma taxa real de juros como forma de conter a demanda e controlar o déficit público.

⁷ **Indexadores Formais** – (Salários, contratos e aluguéis) São taxas de reajuste, usadas para acompanhar a atividade econômica, corrigir preços e evitar a volatilidade.

Observava-se êxito na fase inicial do Plano, com a redução na taxa de inflação e uma melhora na Balança Comercial, porém ainda em 1987, ao término do congelamento a aceleração inflacionária retornava, e como principais causas pode-se destacar: o aumento no déficit público pelo reajuste salarial do funcionalismo público que pressionavam pela recuperação do gatilho de 20% seguido do aumento salarial dos demais setores da economia; a elevação nos custos para as indústrias causados pelos desequilíbrios dos preços relativos; além das transferências a Estados e Municípios, bem como subsídios às empresas estatais, ao passo que além das questões econômicas, havia a tentativa do presidente em votar junto ao Congresso Nacional, a duração do seu mandato para cinco anos o que impedia maiores medidas de austeridade fiscal.

Com o fracasso do Plano, o Ministro Bresser Pereira pediu demissão em dezembro de 1987 e assumiu o Ministro Maílson da Nóbrega.

3.2.4 Plano Verão (Jan-1989)

Antes da implantação do Plano Verão, adotou-se ao longo de 1988, a chamada política do “Feijão com Arroz”, sem grandes choques, cujo objetivo era reduzir o déficit público operacional de 8% para 4% do PIB e manter a inflação mensal em torno de 15%. Adotava-se o congelamento de empréstimos ao setor público, diminuição no prazo de recolhimento de impostos e redução salarial, além de suspensão da moratória em 03 de janeiro de 1988 que fora decretada em 1987.

Porém, no segundo semestre, em outubro de 1988, a inflação voltava a subir, impulsionada pela recomposição das tarifas públicas, ao passo que a Constituição Federal piorava a situação fiscal pelas determinações contidas nela, como a transferência de impostos aos estados e municípios sem contrapartida; estabelecia gastos mínimos com educação, saúde, além de benefícios sociais voltados a uma parcela maior da população. Com isso, a inflação continuava a aumentar e, em novembro de 1988, já registrava 26,9%; em dezembro, 28,8% e uma previsão de acima dos 30% para janeiro de 1989, o que levou, em 14 de janeiro de 1989, à implantação do Plano Verão.

O Plano Verão foi mais um plano econômico de cunho ortodoxo e heterodoxo, na tentativa de controlar a inflação, com foco na diminuição dos gastos públicos,

aumento da taxa de juros com intuito de evitar a fuga de ativos e diminuir a demanda, além da desindexação da economia.

Assim, introduziram-se várias medidas, como novo congelamento de preços, porém com aumento de preços administrados; alteração da data para comparação de índices; além da criação de uma nova moeda, o Cruzado Novo, onde (CZ\$1.000,00) = (NCZ\$1,00)

Os salários foram calculados com a média dos últimos 12 meses, acrescidos da URP, que era um índice criado no plano anterior para reajustes de curto prazo, três meses; a aplicação de uma “tablita” que desvalorizava os contratos prefixados em 15% a.m., além de uma desvalorização cambial em 18% até a adoção de uma taxa fixa, onde NCz\$1,00 = US\$1,00.

Acreditava-se que tais medidas seriam bem-sucedidas, mas o déficit público só aumentava por conta do aumento de despesas atribuídas ao Estado, principalmente após a Constituição de 1988, que ocorria junto às negociações feitas pelo presidente tentando aprovar cinco anos para seu mandato e dos congressistas que visavam as eleições de 1989, o que impedia medidas impopulares e prejudicava o equilíbrio fiscal, levando o Plano Verão ao fracasso e à hiperinflação de 80% a.m. ao término do governo Sarney.

Cabe lembrar que, assim como o Brasil, várias outras economias de países em desenvolvimento também entraram em crise na década de 1980, causada principalmente pelo excesso de protecionismo pós-segunda guerra mundial.

Com isso, em 1989, de forma a auxiliar essas economias a se desenvolverem de forma sustentável, foi realizado o “Consenso de Washington”, composto por um conjunto de dez medidas liberais, como: disciplina fiscal, eleição de prioridades dos gastos públicos, reforma tributária, atração de investimentos estrangeiros, manutenção de taxas de câmbio competitivas, liberação do setor comercial e financeiro, desregulamentação da economia, privatização de empresas estatais e proteção a direitos autorais. Tais medidas foram adotadas inicialmente por 13 países da América Latina e Caribe e mais tarde incorporadas pelo FMI (Fundo Monetário Internacional).

De acordo com a abordagem de Washington, as causas das crises latino-americana são basicamente duas: a) O crescimento excessivo do Estado traduzido em protecionismo (O modelo de substituição de importações), excesso de regulação e empresas estatais ineficientes e em número excessivo; b) O populismo econômico, defendido pela incapacidade de controlar o déficit público e de manter sobre controle as demandas salariais tanto do setor privado quanto do setor público. A partir dessa avaliação, as reformas no curto prazo deveriam combater o populismo econômico e lograr o equilíbrio fiscal e a estabilização. – Bresser Pereira (1991, p.21).

Ainda em 1989, criava-se um plano para negociação das dívidas dos países em desenvolvimento, o chamado Plano Brady, que impunha comprometimento do governo desses países em efetuar ajustes e uma reforma fiscal.

3.2.5 Plano Collor I (Mar-1990)

Fernando Collor de Melo foi o primeiro presidente eleito por meio de eleições diretas e seu governo iniciava com o Brasil em grande instabilidade política, econômica e fiscal após o fracasso dos planos de estabilização econômica anteriores, os Planos Cruzado, Bresser e Verão, que levaram ao cenário de hiperinflação, chegando a 80% a.m. no final do governo de José Sarney, além de deterioração fiscal, grande déficit público e estagnação da indústria nacional, porém contava com o apoio da população por ser considerado uma esperança para o Brasil.

No governo Collor, um novo elemento entrava em discussão, a crescente liquidez dos ativos não monetários. Assim, o governo tinha por metas, além do combate à inflação, a modernização da economia através da relação do Brasil com o exterior; avaliação do papel do Estado na economia; e a retomada do desenvolvimento da indústria no país que ficara estagnada e não acompanhava os avanços tecnológicos que ocorriam nos países desenvolvidos, o que contribuía para o não crescimento e desenvolvimento econômico do Brasil.

Dessa forma, pouco tempo depois da sua posse, em 16 de março de 1990, era lançado o Plano Collor I, um plano radical, com medidas controversas, que adotava inicialmente o congelamento de preços e não foi bem aceito pela população devido ao seu histórico e ao retorno do Cruzeiro como nova moeda.

Acreditava-se, pelo novo diagnóstico do governo, que o aumento da dívida pública advinha da moeda indexada, que reajustava os ativos e permitia um aumento

na demanda por bens de consumo e demais ativos, contribuindo para a aceleração inflacionária.

Na questão cambial, a procura por ativos em dólar e a protelação no fechamento dos negócios por parte dos exportadores por conta da monetarização dos ativos que possuíam acabava por desvalorizar o câmbio.

Ou seja, havia uma questão monetária na economia que alimentava a aceleração inflacionária além da inércia inflacionária. No entanto, não havia operações de crédito e financiamento por conta das altas taxas de juros, o que levava o Banco Central a utilizar a única ferramenta disponível, que era colocar à venda títulos públicos com taxas diárias no overnight, o que contribuía para a continuidade e aumento da indexação, ou seja, a moeda indexada impedia as políticas monetária, cambial e fiscal.

Após o diagnóstico, as medidas adotadas, além do congelamento de preços e o retorno do Cruzeiro como moeda, foram:

- O confisco das poupanças e aplicações financeiras de overnight que possuíam valores acima de NCr\$50.000,00 por 18 meses para diminuir a liquidez e a demanda no mercado com o intuito de aumentar a política monetária do Banco Central, porém havia o compromisso de devolução dos valores corrigidos e acrescidos de juros já em cruzeiros em 12 parcelas. Esse evento ficou conhecido como “Sequestro de Bens”.

- Aumento na arrecadação, como a criação de impostos; fiscalizações mais rígidas para evitar sonegações, proibindo títulos e ações ao portador; incentivos fiscais e isenções; aumento no controle sobre os bancos estaduais; maior tributação de grandes fortunas; além de cobrança de IOF extraordinário sobre os ativos financeiros.

- Desindexação dos salários e preços com a criação de prefixação a partir de 01 de maio de 1990, porém manteve-se a indexação dos ativos financeiros e dos contratos.

- Mudança para o câmbio flutuante que oscilaria conforme o mercado, e redução das tarifas qualitativas de importação que contribuiria para a abertura comercial.

- Redução nos ministérios e demissão de funcionários públicos como forma de diminuir o déficit operacional.

As medidas não surtiram todos os efeitos desejados, pois com o plano, constatava-se a redução dos empregos e da produção industrial, ocasionando a queda do PIB. Com isso, o governo sofria grande pressão pela falta de monetarização na economia, além de expectativa de recessão, o que fez com que o Banco Central, pouco tempo depois, iniciasse o processo de liberação da liquidez, chamadas de “Torneirinhas” do Banco Central, gerando um aumento nos fluxos de pagamentos nos meses seguintes, além do início do descongelamento de preços e salários, retornando à aceleração inflacionária.

Contudo, registrava-se o aumento do PIB, que ocorria mais pela criação e aumento nos impostos, redução dos gastos do governo e pelo superávit primário, do que pela redução do déficit operacional, pela impossibilidade na demissão de funcionários públicos, pois seria necessária uma mudança constitucional e não havia apoio político para tal.

Iniciava-se o processo de privatizações das estatais para diminuição das despesas públicas e ajuste fiscal.

Aliado às dificuldades de estabilização da economia, a aceleração inflacionária da segunda metade de 1990 contribuíra para uma grande valorização da taxa de câmbio que aumentava os incentivos às importações e diminuía às exportações, além do grande aumento no preço do barril de petróleo causado pela Guerra do Golfo que acabava por desestruturar a balança comercial levando o Banco Central a intervir com a desvalorização do Cruzeiro, o que contribuíra para aumentar a aceleração inflacionária, levando o Plano Collor I ao fracasso.

3.2.6 Plano Collor II (Jan-1991)

Com o fracasso do Plano Collor I, pela dificuldade de financiamento (venda de títulos públicos pelo Bacen) e a continuidade da aceleração inflacionária, foi lançado em janeiro de 1991 o Plano Collor II, que visava uma reforma monetária para acabar com a indexação na economia e controlar a inflação.

Criava-se a TR⁸, uma nova forma de remuneração dos títulos públicos, a qual não era atribuída à memória inflacionária e sim a uma expectativa de inflação futura, o que contribuíra para a diminuição da aceleração inflacionária.

⁸ TR – Taxa Referencial – Índice de rentabilidade e de juros.

Pelo lado fiscal, os cortes de gastos das estatais e bloqueio de orçamentos promoviam um equilíbrio das contas públicas.

As medidas surtiam um efeito temporário na inflação, mas a falta de apoio político e popular com as medidas adotadas no Plano Collor I e diversos escândalos levaram à saída da Ministra Zélia e à entrada do Ministro Marcílio Marques Moreira, que tinha uma visão mais ortodoxa e mostrava-se mais preocupado em controlar o fluxo de caixa, a dívida externa, a aproximação do Brasil com o sistema financeiro internacional, além do descongelamento de preços e início do desbloqueio dos ativos que ainda permaneciam no Banco Central.

Com isso, havia uma diminuição das despesas, pela diferenciação na correção nos salários, mas mesmo com a diminuição da arrecadação, mantinha-se o superávit primário, e a indexação dos impostos aprovada pelo Congresso, além de novas medidas para o controle da inflação, como restrição ao crédito com a elevação nas taxas de juros e a manutenção da taxa cambial real.

A abertura ao mercado externo e as altas taxas de juros promoveram uma grande entrada de capital estrangeiro, aumentando as reservas externas.

A reestruturação das dívidas de outros países em desenvolvimento junto ao Sistema Financeiro Internacional e outros eventos proporcionaram uma globalização financeira e liquidez internacional. Essa movimentação pressionava a expansão monetária, além da valorização do câmbio real, mas para controlá-la havia a necessidade de pôr à venda títulos públicos, o que pressionava a situação fiscal, mas ainda assim, mantinha-se favorável.

O Plano Collor II, assim como o Plano Collor I, não conseguiu combater a inflação. Os escândalos de corrupção, a recessão e a falta de credibilidade no governo levaram ao fracasso do Plano Collor e ao impeachment do presidente Collor em 1992.

3.2.7 Plano Real (1993-1994)

Com o impeachment de Collor ao final de 1992, Itamar Franco, vice de Fernando Collor, assumiu o governo. Naquele momento, o país vivia um momento de grande crise econômica após inúmeras tentativas de controlar a inflação e estabilizar a economia. No início do seu mandato, não foram postas em prática nenhum tipo de medida, nada de concreto havia sido realizado, era considerado em governo de transição até maio de 1993 com a entrada de Fernando Henrique Cardoso como

Ministro da Fazenda, que se juntou a economistas como Pécorsio Arida, Edmar Bacha, André Lara Resende, Gustavo Franco e Pedro Malan, os "País do Plano Real".

Vale ressaltar que no Brasil, naquela época, por conta da abertura comercial com o exterior, possuía um volume acumulado de reservas externas, um aumento da liquidez internacional e uma taxa de câmbio real estável, o que aumentava a concorrência interna, diminuindo as chances dos agentes econômicos repassarem os efeitos de choques para seus preços.

Dessa forma, o Plano Real começava a ser moldado, partindo do mesmo entendimento do Plano Cruzado, de que a inflação tinha um caráter inercial, além da análise da corrente inercialista sobre utilização de choque heterodoxo (Fernando Lopes), em que previa congelamento de preços, mas não surtira efeito sobre a inflação, ao contrário, no descongelamento causava mais aceleração inflacionária, e o choque ortodoxo (Larida), que previa uma reforma monetária, com a utilização simultânea de duas moedas, com a substituição de uma pela outra de forma gradativa, sendo essa segunda proposta como a ser seguida para a elaboração do Plano Real.

Em agosto de 1993, Fernando Henrique Cardoso cortava os três zeros do Cruzeiro e implementava o Cruzeiro Real, Cr\$1.000,00 = CR\$1,00.

Ao contrário dos planos anteriores, no Plano Real, as implantações seriam gradativas, sem grandes choques, e em fases:

1ª fase – Ajuste fiscal em três etapas (iniciada em meados de 1993)

1- Implementação do Plano de Ação Imediata (PAI), que previa corte de gastos e equilíbrio nas contas públicas e privatizações para aumento do superávit primário;

2- Aumento dos impostos com a criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), que equivalia a 0,25% sobre todas as movimentações financeiras, inclusive aquelas de caráter informal e que se reverteriam somente para o governo federal; além da diminuição das transferências de receitas do governo federal para os Estados e Municípios. Em tempo, O IPMF acabava alcançando todas as fases da cadeia produtiva, o que impossibilitava a sua cobrança de imediato, ocorrendo somente em 1994, por decisão judicial.

3- Aprovação do Fundo Social de Emergência (FSE) que seria composto por 15% da arrecadação, e ficaria disponível para o governo federal, sem a

contrapartida para repasses a Estados e Municípios, conforme determinava a Constituição Federal.

2ª fase – Indexação Completa da Economia – Criação da Unidade Real de Valor (URV) – (Iniciada no final de fevereiro de 1994)

Tratava-se de um novo sistema de indexação diário na economia, simulando efeitos da hiperinflação sem receber seus efeitos, que permitia corrigir as variações dos preços relativos e acabara se transformando em uma unidade de conta, além de equiparação com o dólar (1URV = US\$1,00).

Muitos preços foram convertidos instantaneamente e, aos poucos, os agentes convertiam seus preços, mas, no ato da transação, eram convertidos em Cruzeiros Reais pela cotação do dia URV. Com isso, a inflação continuava no Cruzeiro Real, mas não na unidade de conta. Iniciava-se a transição para uma nova moeda.

3ª fase – Reforma monetária – Troca de URV para Reais (R\$) – (1º de julho de 1994)

Em 1º de julho de 1994, o chamado dia “D”, era implantada a nova moeda, o Real, que valia naquele momento, a cotação da URV equiparada ao dólar (CR\$2.750,00). Assim, todos os valores em Cruzeiros Reais foram convertidos para Reais, onde CR\$2.750,00 = R\$1,00.

Inicialmente, constatou-se a aceleração inflacionária, pois os agentes aumentavam seus preços pela expectativa de um novo congelamento. Com a conversão nos preços e sem os choques, a expectativa se dissipara e não havia como manter os preços elevados, ocorria a redução dos preços e a contenção da inflação.

O governo também adotou uma política monetária mais restritiva, aumentando os depósitos compulsórios em 100% do sistema financeiro, como forma de diminuir a circulação monetária; diminuição de crédito; e aumento nas taxas de juros para controle do consumo, a chamada **Âncora Monetária**.

Outro ponto relevante do plano foi em relação às taxas de câmbio, que eram fixas e se mantinham elevadas, mas não aumentavam as reservas, o que poderia comprometer a expansão monetária. Assim, o Banco Central trocou o regime de câmbio fixo pelo câmbio flutuante, registrando uma enorme valorização, a chamada

Âncora Cambial, se mostrando como uma das partes mais importantes do Plano Real.

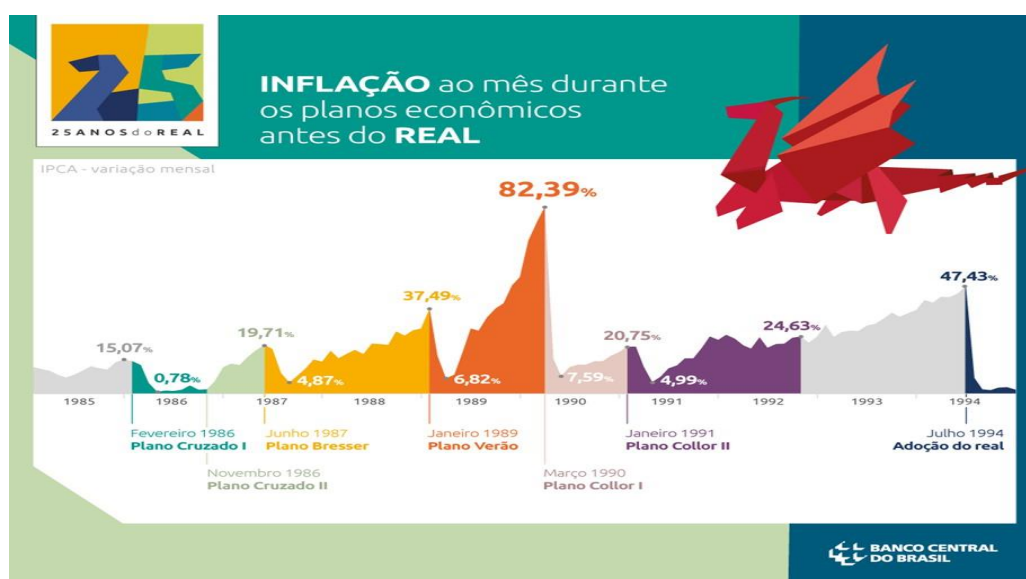
Os impactos logo foram sentidos, porém, ao contrário dos demais planos, a queda da inflação era gradativa e sempre em tendência de queda, o que permitia um aumento na demanda e expansão da economia.

Com a diminuição dos efeitos inflacionários, houve uma maior confiança em relação aos pagamentos futuros, o que fazia aumentar a busca por crédito oferecido pelas instituições mesmo com taxas de juros altas; utilização dos recursos da poupança; elevação dos investimentos que aumentava a produção industrial de bens de consumo duráveis e de capital, decorrentes do crescimento da demanda.

Porém, nem todas as medidas aplicadas obtiveram sucesso, pois houve um certo desequilíbrio nas contas externas causado pelo aumento nas importações. Com isso, a estabilização dependeria da valorização cambial, além do país aumentar seu endividamento externo, que constará como meta a ser resolvida no próximo governo.

O plano foi considerado um sucesso, com o controle da inflação, aumento do emprego e do poder de compra e crescimento econômico, e despertava imensa confiança da população no governo, o que fez com que o ex-ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso ganhasse as eleições presidenciais de 1994 em primeiro turno.

Figura 3 – Inflação ao mês durante os Planos Econômicos antes do Real.



Fonte: Banco Central

https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/30anosreal?modalAberto=30anosreal_noticia3

4 ANÁLISE DA CONSEQUÊNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL

4.1 – 1º MANDATO – GOVERNO FHC (1995-1998)

Após a implantação do Plano Real em julho de 1994, com a estabilização da moeda, observava-se um aumento na taxa de juros, mas que logo seguia em queda, o que possibilitava uma melhora no poder de compra da população, principalmente da parcela mais vulnerável, e levava a uma grande procura por crédito, incentivava maiores investimentos e diminuía o desemprego, o que contribuía para o crescimento econômico, mas preocupava o governo, pois temia-se por uma inflação por demanda. Assim, ainda em 1994, eram adotadas medidas de contenção do consumo com restrição ao crédito, diminuição nos prazos para financiamentos, além de regras no cartão de crédito, mas ainda assim, a procura por crédito continuava, mesmo a taxas de juros altas.

No início do plano, as taxas de câmbio eram flutuantes, o que possibilitava a entrada de recursos externos no país e contribuía para a apreciação cambial. Porém, quando o regime foi alterado para que não houvesse nova apreciação, os novos recursos transformaram-se em reservas, o que aumentava a dívida externa.

A adoção da âncora cambial como recurso para estabilização, baseando-se na apreciação cambial, não podia ser mantida por muito tempo e havia um limite até a adoção de uma nova estratégia, pois levava a um processo de deterioração das contas externas.

Assim iniciava o 1º mandato do governo de FHC com grandes desafios pela frente: manter a estabilidade econômica, controlar a inflação, obter apoio político para implementar as reformas estruturais na economia, além da necessidade de implementar políticas de combate às desigualdades e à pobreza que se mantinham altas pelo descontrole inflacionário nos governos anteriores.

O primeiro desafio já se apresentava em dezembro de 1994: A crise financeira do México, com grande fuga de capitais, afetando inicialmente a Argentina e atingindo o Brasil em fevereiro e março de 1995 com 1,5 bilhões em fuga de capitais, e levava o Banco Central a adotar medidas para “estancar” a evasão de divisas do país, uma vez que a âncora cambial era uma das bases para a eficácia do Plano Real.

As medidas incluíam alteração na banda cambial para cima; venda de reservas; fim do IOF para aplicações em moeda estrangeira no mercado financeiro e de ações; aumento na taxa de juros como atrativo ao capital estrangeiro; restrição ao crédito para controle da demanda; incentivos aos exportadores através de ACC para que esses se beneficiassem das altas taxas de juros, além do aumento na taxa de importação em vários produtos, principalmente de veículos. As medidas surtiram efeito e as reservas foram recompostas rapidamente.

A partir de então, percebia-se que a taxa de juros era o principal instrumento de política monetária e contribuía para a manutenção da taxa de câmbio, bem como influenciava o interesse do capital estrangeiro no Brasil.

Outro fator importante é que a abertura comercial externa iniciada no governo Collor estimulava o consumo por produtos importados e desestimulava a exportação, o que levava ao desequilíbrio da balança comercial.

Com o alto consumo e a apreciação cambial, o que se via era um aumento nas importações e contração nas exportações, gerando um déficit na balança comercial, ocasionando déficit no saldo de transações correntes, uma vez que os déficits na balança de serviços eram compensados pelo superávit comercial.

Este efeito podia ser visto no déficit de balanço de serviços, que era causado pelos itens/serviços não comercializados externamente e que não se beneficiavam pelas taxas de câmbio. Com o crescimento econômico e a estabilidade, a demanda do mercado interno continuava aquecida, o que provocava pressões por reajustes nos salários que acabariam por aumentar o preço final, o que justificava o aumento na apuração do IPC, índice que inclui serviços, e a redução na apuração do IPA, que correspondia aos itens exportados.

Com isso, a estratégia do governo era continuar a obter recursos no exterior através da manutenção das altas taxas de juros e a apreciação cambial, o que levava o Banco Central a fixar o câmbio para cima e flexível para baixo, como forma de não desvalorizar o Real, ao passo que também não permitia que a moeda se valorizasse, e nessa situação contribuía para a equiparação dos preços internos aos externos.

Percebia-se a importância nas importações de bens de consumo, mas estas não acrescentavam valores que contribuíssem para o balanço de pagamentos do país. Assim como os títulos e aplicações que se beneficiariam por possíveis incertezas na economia e por serem recursos com alta volatilidade, não seria sensato por parte do governo tentar manter a estabilidade através deles.

A combinação de taxas de juros e a dívida pública deterioravam a situação fiscal, que aumentava os encargos financeiros, registrando o aumento no déficit operacional em 4,7% do PIB e redução do superávit primário em 3,1% do PIB, como aumento da dívida pública.

A queda no superávit primário decorria de aumento de despesas não financeiras que, segundo Gambiagi (2002), deviam-se ao aumento na quantidade de benefícios previdenciários e assistenciais pagos, bem como ao aumento nos seus valores reais. Para Veloso (2002), este advém da relação entre receitas e despesas, além de inflexibilidade de gastos e transferência de renda para as pessoas. Apesar das medidas adotadas para um ajuste fiscal, esse ainda se mostrava insuficiente.

Os ajustes patrimoniais referentes aos passivos de períodos passados e os passivos contingentes que foram assumidos neste período, como também as crises financeiras de 1995 e da reestruturação do sistema financeiro nacional, contribuíram para o aumento da dívida pública, mas o auxílio aos bancos e a transferência das dívidas estaduais para o governo federal não, pois essas seriam compensadas pela prestação de serviço estadual ao público.

Do lado das reformas, em 13 de fevereiro de 1995, era sancionada a Lei de Concessão, que permitia a exploração por empresas particulares, nos setores de distribuição de água e fornecimento de energia.

Ainda em 1995, o governo desindexava a economia, proibindo reajustes salariais pela inflação que se dariam por livre negociação entre patrões e empregados; os contratos inferiores a um ano não seriam corrigidos exceto pela Ufir, que corrigia trimestralmente os impostos federais e que continuariam a ser reajustados e a extinção do IPC-r. Em tempo, a safra recorde, bem como os reajustes aplicados quando da implantação do Plano Real, garantiam os preços em níveis estáveis.

Também em 1995, por conta da retração na economia, registrava-se uma crise no sistema bancário privado ocasionada pelo aumento nas taxas de juros e da restrição ao crédito, o que levava a um aumento na inadimplência da população que tomara empréstimos a altas taxas de juros e já não possuía mais os mecanismos de reajustes salariais, o que ocorria também com as empresas. O fato era que os bancos liberaram maiores créditos sem se ajustarem à mudança na economia, que não permitia mais que se beneficiassem das altas taxas de inflação de antes, em destaque os Bancos Econômico e o Banco Nacional, fazendo com que o Governo Federal, em

17 de novembro de 1995, aumentasse os poderes do Banco Central no sistema financeiro nacional.

Com a experiência da crise bancária, o governo criava, em novembro de 1995, o PROER⁹, um programa voltado aos bancos privados e que permitia ao Banco Central, através de seus recursos, financiar a compra de bancos em crise por outros melhor administrados, entre outras atividades, e a adoção do depósito compulsório que os Bancos deveriam possuir junto ao Banco Central como forma de controlar a oferta monetária, além do PROES¹⁰, semelhante ao PROER, porém voltado aos bancos públicos estaduais, em que esses receberiam empréstimos do governo para cobrir possíveis rombos, em contrapartida, estes deveriam se transformar em bancos de desenvolvimento ou serem privatizados. Com as medidas adotadas, diminuía-se a participação dos bancos públicos e aumentava-se a das instituições financeiras.

O pacote de reformas que visava o déficit público incluía o sistema da previdência, término da estabilidade no funcionalismo público, atratividade de capital estrangeiro para navegação de cabotagem, proibição de empréstimos a estados e municípios que não respeitassem o limite com gastos com pessoal de no máximo 60% da receita, além das privatizações dos setores petrolífero e de telecomunicações. Contudo, sofreu resistência da maioria no Congresso por se tratar de emendas constitucionais e não foi bem visto e aceito pelos opositoristas.

Em 1996, com as dificuldades em aprovar as reformas, o governo efetuava trocas ministeriais e, como resultado, a emenda da reforma administrativa foi aprovada em 09 de abril de 1997, que aumentava a idade de aposentadoria compulsória no funcionalismo público de 70 para 75 anos; permitia a demissão de servidores estáveis caso as despesas ultrapassassem 60% da receita, além de passar de 2 para 5 anos, o tempo necessário para garantir a estabilidade no funcionalismo.

Já a reforma da previdência só foi aprovada no início de 1998.

Somente em 1997, com a aprovação das reformas que previam a privatização dos monopólios estatais, abria-se espaço para as empresas multinacionais quanto à exploração e refino do petróleo; exploração do gás natural, e de mineração como a Companhia Vale do Rio Doce, além de setores de utilidade

⁹ **PROER** – Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional.

¹⁰ **PROES** – Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária.

pública ao capital privado, como o setor de telecomunicações; geração e fornecimento de energia elétrica; transporte ferroviário, entre outras, como também a aprovação da navegação de cabotagem com capital estrangeiro, ao mesmo tempo em que eram criadas as empresas reguladoras para esses setores, como por exemplo a ANATEL, agência reguladora no setor de telecomunicações, iniciando assim o papel do governo como Estado Regulador. Além da criação das agências reguladoras para setores específicos, aumentava-se a sua atuação. Criava-se o SBDC, composto pelo Cade, Sae e SDE, para atuação no monitoramento, prevenção e repressão de ações anticoncorrenciais do mercado.

Com as privatizações, ocorria a transferência das dívidas do Estado para o privado, o que fazia diminuir a dívida pública, além de aumentar a entrada de capital estrangeiro, essencial para a manutenção da política cambial.

Apesar das receitas, o percentual da dívida pública aumentava por conta da deterioração fiscal e correspondia a 44% do PIB em 1998.

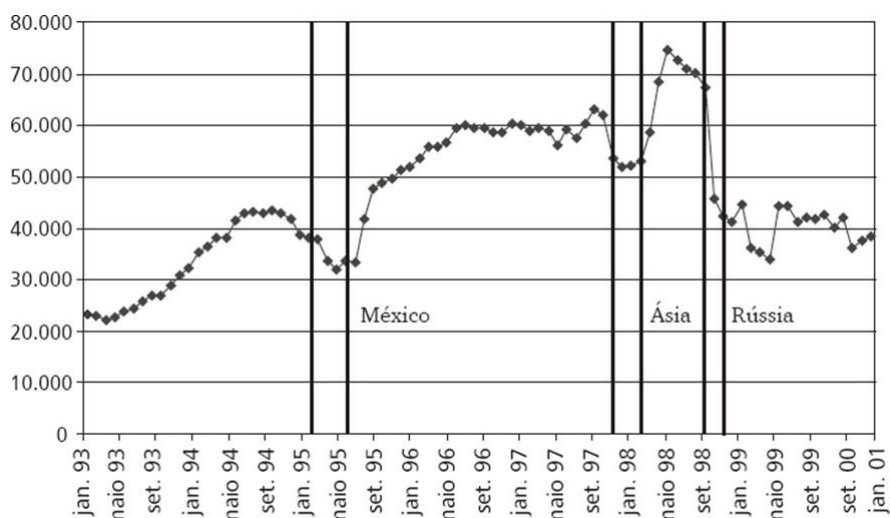
Em relação ao desemprego, as taxas voltaram a subir após a crise mexicana (1994), com a diminuição dos investimentos pela elevação nas taxas de juros, o que levava a um baixo crescimento econômico e suas oscilações.

Em 1997, ocorria a crise asiática e novamente havia a necessidade de aumentar a taxa de juros e adotar um pacote fiscal como forma de conter a fuga de capitais. Com as medidas, as reservas foram recompostas rapidamente a níveis superiores ao de antes, porém as consequências foram aumento no desemprego, aumento da dívida pública, e a troca no mercado dos títulos prefixados pelo over em decorrência da alta dos juros.

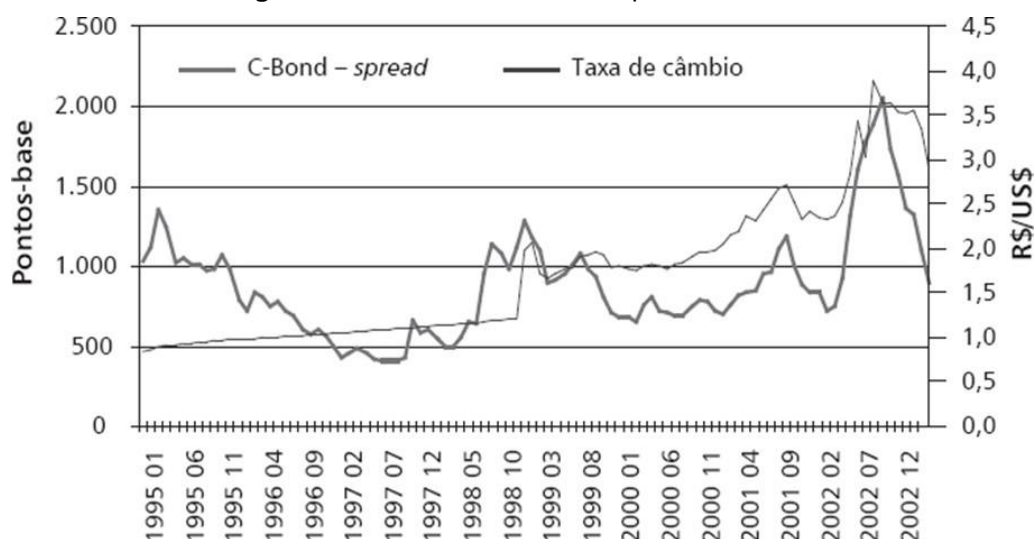
Nesse ponto, a economia já se encontrava em declínio, com alto nível de desemprego, grande percentual do PIB comprometido com a dívida pública, déficit público, déficit em transações correntes, entre outras.

Em setembro de 1998, ocorria a crise russa, porém desta vez, a estratégia utilizada nas crises anteriores não surtira efeito, pois não existia mais a expectativa em manter a taxa de câmbio, levando a uma elevação dos **spreads dos C-Bonds**¹¹, com a queda do preço dos títulos da dívida externa como consequência da crise.

¹¹ **Spreads dos C-Bonds** – Diferença paga entre o valor de compra e de venda dos Títulos de Renda Fixa comercializados no Mercado Internacional.

Figura 4: Reservas Internacionais em US\$ Milhões

Fonte: Banco Central – (Economia Contemporânea – 8ª Ed. – Cap. 23 – Pág. 602).

Figura 5: Taxa de câmbio e risco país – C-Bonds

Fonte: Banco Central do Brasil.
(Economia Contemporânea – 8ª Ed. Cap. 23 – pág. 630)

Com o declínio da economia, a alternativa era recorrer ao FMI, que impunha regras em relação à manutenção de uma quantidade mínima de reservas do país, limitando o Banco Central a tomar medidas de proteção da taxa de câmbio contra possíveis ataques especulativos.

Diante dessa situação, somente os investimentos diretos permaneciam e os investimentos dos residentes e agentes saíam do mercado.

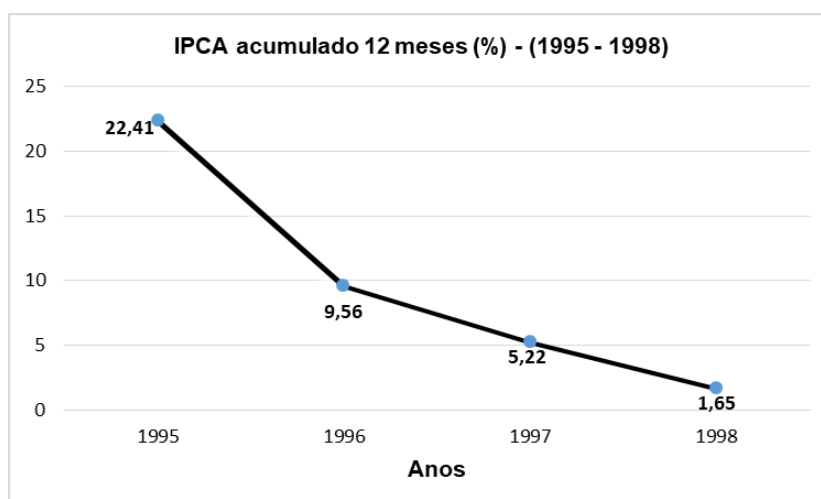
Em relação às questões de melhorias de renda para a população, esta foi muito aquém do que se esperava. Apesar de todos os esforços do governo, não foi

possível manter as expectativas iniciais ocorridas na implantação do plano real, em que se registrava aumento do poder de compra da população e acesso ao crédito, que proporcionava o aumento na demanda e aquecimento na economia, uma vez que as altas taxas de juros utilizadas como recurso para manter as reservas internacionais nas crises externas e para controlar a demanda interna se mostram necessárias para a manutenção do plano real e controle da inflação.

Com o aumento nas taxas de juros, havia a queda nos investimentos, o que levava ao aumento na taxa de desemprego e diminuição na renda.

Assim terminava o primeiro mandato de FHC, com uma crise cambial e desequilíbrios externos e fiscais, que precisariam ser corrigidos no próximo mandato com a finalidade de manter a estabilidade econômica e retomar o crescimento econômico.

Figura 6: Taxas de Inflação anual (%) - (1995 – 1998)



Fonte: IBGE – IPCA - <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>

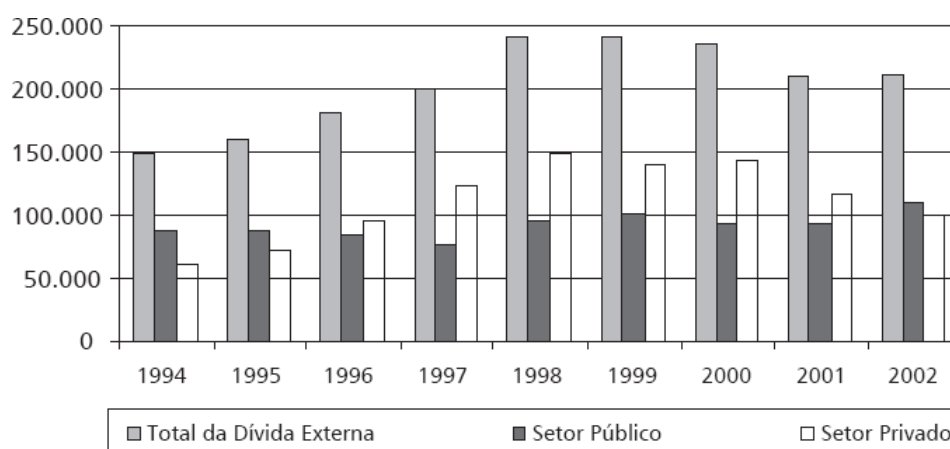
4.2 – 2º MANDATO – GOVERNO FHC (1999-2002)

Os desequilíbrios na economia ao final do primeiro mandato de FHC, agravados pelas crises dos países emergentes, principalmente da Rússia em 1998, já sinalizavam a necessidade de mudança cambial, ainda mais após o acordo feito com o FMI, que estipulava várias regras, além da obrigação na manutenção de um valor mínimo de reservas.

Após a crise russa, diminuía a saída de reservas e da taxa de juros, mas a questão da crise cambial ainda pairava no ar, com a moratória de Minas decretada por Itamar Franco em janeiro de 1999, que não aceitava os termos de refinanciamento da dívida com a utilização de parte da receita dos Estados.

Verificava-se que grande parcela da dívida externa do país concentrava-se no setor privado, com tendência de queda a partir de 1998.

Figura 7: Dívida Externa total, setor público e privado – US\$ milhões – (1994/2002)



Fonte: Banco Central do Brasil.

(Economia Contemporânea – 8ª Ed. – Cap. 23 – pág. 612)

Com a desvalorização do câmbio, esperava-se uma deterioração patrimonial, que levaria a crises financeiras, falências, queda do consumo etc., mas não foi o que ocorreu com a alteração cambial, pois as instituições financeiras, relacionadas diretamente com dívida externa, possuíam proteções cambiais (hedge¹²) e as passavam aos agentes, o que fazia compensar o passivo externo e ainda assim,

¹² **Hedge** – Estratégia de proteção do valor de um ativo contra a possibilidade de variações futuras.

os agentes tentavam incluir o hedge em suas transações em moeda estrangeira, o que fora sustentado pelo setor público através da venda de dólares com grande custo de oportunidade aos beneficiados pela queda nas taxas de câmbio.

Outra forma de compor a dívida pública se daria por meio do vínculo por tipo de indexador. Via-se naquele momento uma alteração nos percentuais de captação dos títulos, com uma drástica redução nos prefixados e um aumento nos títulos que tinham indexação ao over e à taxa cambial, por possuir hedge.

Com a desvalorização cambial em janeiro de 1999, o Tesouro Nacional acumulava um grande prejuízo, que fazia aumentar a dívida pública.

Mesmo com grande prejuízo acumulado, o governo efetuava venda de dólares no mercado futuro para atender à demanda do setor privado, o que só fazia crescer os prejuízos ao Tesouro Nacional.

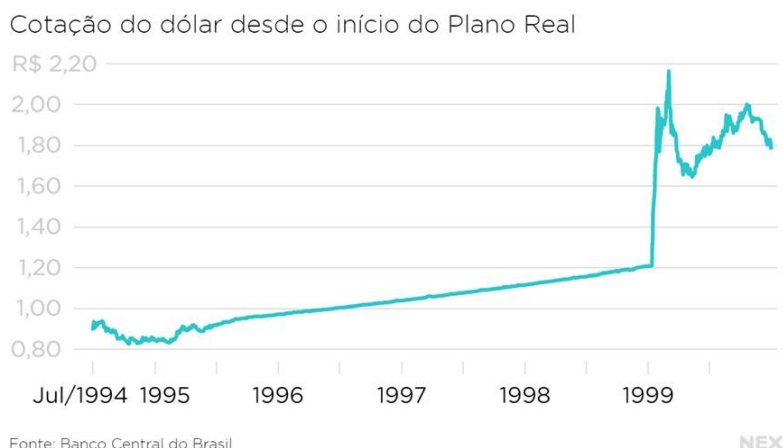
Em resumo, pode-se dizer que a maior parte dos prejuízos pela alteração cambial ficaria a cargo do setor público, uma vez que a maior parte dos recursos do setor privado estava protegida.

O cenário já se mostrava preocupante, com nova fuga de capitais no final de 1998 e início de 1999, além da imposição pelo FMI, na manutenção de reservas externas mínimas.

O governo federal, no início de 1999, ainda enfrentava problemas políticos, pois os governadores opositoristas queriam reavaliar suas dívidas, bem como os pagamentos por parte da União, conforme o caso da moratória mineira.

Assim, com a justificativa de que os problemas cambiais ocorriam mais por problemas externos do que por ineficiência da política monetária, em janeiro de 1999, o governo dava início à alteração cambial.

O Banco Central trocava sua presidência, saindo Gustavo Franco e, após uma breve passagem de Francisco Lopes, assumia Armínio Fraga, que trocava o sistema de bandas cambiais e introduzia o câmbio flutuante, desvalorizando fortemente o câmbio nominal nos meses seguintes.

Figura 8: Troca do regime de câmbio fixo pelo câmbio flutuante

Fonte: Nexo Jornal - <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2019/06/30/O-que-foi-o-Plano-Real-e-como-ele-controlou-a-hiperinflacao>

Foi preciso observar o comportamento da economia nos países que tiveram problemas cambiais, como o México, Ásia e Rússia, que despontaram em crises econômicas, mas o mesmo não se observava no Brasil e a preocupação que se colocava era sobre o comportamento inflacionário a partir daquele momento, uma vez que as taxas cambiais aumentaram após a adoção do câmbio flutuante.

A preocupação com a inflação levava à criação do Comitê de Política Monetária (COPOM), que adotava uma política monetária muito restritiva, de forma a não permitir que a pressão cambial se transformasse no processo inflacionário, e estipulava-se a meta para a taxa de juros (Selic) daquele ano em 45%, que serviria para reter o capital estrangeiro e a estabilização da taxa de câmbio, com a inclusão de um viés de baixa na taxa de juros.

Com a mudança cambial, o que se esperava era um aumento nos preços dos bens transacionáveis (exportação e importação) e redução nos preços dos bens não transacionáveis pela queda da demanda, que controlaria a inflação, sendo esse um movimento contrário ao registrado no início do Plano Real, com a âncora cambial. Com esta mudança, obtinha-se uma elevação na taxa de inflação em fevereiro de 1999, porém reduzia ao longo do período, registrando-se inclusive deflação em alguns preços em maio de 1999, sinal de que os ajustes para a desvalorização já haviam surtido efeito. Esses efeitos podiam ser confirmados nos índices apurados, principalmente no IPA, que contempla os bens transacionáveis, registrando seus aumentos.

A desvalorização da taxa de câmbio, a partir de março de 1999, já podia ser encerrada, visto que as taxas de juros permaneciam altas, além de haver um certo controle inflacionário. Com isso, o câmbio começava a valorizar-se, estabilizando-se entre R\$1,80 e R\$1,90 a partir de julho de 1999, com algumas oscilações, mas sem grandes mudanças até 2000.

Em julho de 1999, iniciava-se o Sistema de Metas da Inflação pelo Banco Central, também utilizado em vários países, com o objetivo de atender à meta definida pelo CNM, e a taxa de juros passaria a ser utilizada como principal instrumento por esta sofrer impactos diretos da demanda que influencia a inflação. Assim, já eram estabelecidas as metas de 8% para 1999; 6% para 2000 e 4% para 2001, e posteriormente, estabelecia-se 3,5% para 2002, o que gerava confiança na população de que o governo mantinha o compromisso com a estabilização da economia e evitar que o choque cambial aumentasse a inflação.

Através desse mecanismo, o COPOM aumenta a taxa de juros caso a inflação ultrapasse a meta e diminui caso esta fique abaixo. Esta relação chama-se Regra de Taylor da Política Monetária.

Criava-se então a nova responsabilidade do Banco Central, a de controlar as taxas de inflação e não mais sobre a taxa de câmbio e crescimento econômico, necessitando para tal possuir autonomia, além do regime fiscal e cambial, o que geraria credibilidade ao regime.

Para a análise das metas inflacionárias, as autoridades dispõem de alternativas como a Âncora Monetária, Âncora Cambial e Produto Nominal, que auxiliam na tomada de decisões de política econômica. Com esse sistema, observa-se que cabe às Autoridades Monetárias a definição clara da taxa de inflação e às autoridades, a responsabilidade em atingi-la. Porém, segundo Giambiagi e Carvalho (2001), faltaria definir se deveriam ser perseguidas as metas não anunciadas ou as anunciadas de inflação. O Brasil, entre outros países, adota a anúnciação de metas de inflação.

Na impossibilidade de cumprir as metas estabelecidas, o presidente do Banco Central emitirá uma carta aberta, informando os motivos do não cumprimento da meta, as medidas que foram e serão adotadas, e a estimativa para o cumprimento.

Em 1999, o IPCA, índice do IBGE, tornava-se o principal indicador para direcionamento da política econômica e adotou-se como Tripé macroeconômico: I – Metas da Inflação, II – Taxa de câmbio flutuante, e III – Metas de superávits primário.

A partir de então, o país apresentava superávits primários expressivos, em concordância ao acordo firmado com o FMI, que eram de extrema importância para conter os choques na economia, como também contribuir para a redução e estabilização da dívida pública ao longo do tempo, permitindo-se que se utilizasse a taxa de juros para questões de controle inflacionário na política monetária, possibilitando a diminuição do risco país, a volatilidade cambial e a taxa de juros a longo prazo.

A desvalorização do câmbio impactava o aumento da dívida pública, pois os títulos públicos estavam atrelados ao dólar e as altas taxas de juros contribuíam para o aumento nos gastos com pagamento de juros.

Com o controle da inflação e a melhora nas contas externas, o Banco Central diminuía a taxa de juros, mas ainda assim pagava-se altos valores de juros, mesmo sendo menores que os registrados no ano anterior. Ao passo que os gastos com juros diminuía, era aprovada no congresso a CPMF com uma alíquota maior, 0,38%, que substituiria o IPMF, além do aumento do COFINS de 2% para 3%, estendendo-se para as instituições financeiras e de cobrança previdenciária de inativos e pensionistas do setor público, o que proporcionava um aumento considerável na arrecadação.

Em relação às despesas, mostrava-se importante a desvinculação entre despesas e receitas impostas pela Constituição de 1988, o que foi possível através do FSE em 1993, que por fim passava a ser denominado Desvinculação de Receita da União (DRU), o que possibilitou a geração de superávit primário.

A desvalorização cambial proporcionou uma melhora significativa de ordem fiscal, principalmente de Estados e Municípios com o aumento do ICM, advindo das tarifas de energia e telecomunicações, bem como dos combustíveis, o que fez aumentar a carga tributária para 35% do PIB ao final do segundo mandato, e contribuía na diminuição do déficit operacional e superávit primário.

As reformas estruturais, como a criação da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000, que limitava os gastos nas três esferas de governo, além de transparência e punição para o não cumprimento das determinações da lei; a Reforma da Previdência em 1999 que instituiu o fator previdenciário no cálculo dos benefícios; além da renegociação de dívidas estaduais e liquidação ou privatização dos bancos estaduais, faziam diminuir os passivos estaduais e colaboravam para a melhoria das

contas tanto das receitas, com a elevação dos impostos, quanto das despesas, que controlavam os gastos.

Apesar de todas as reformas, ainda assim a dívida pública continuava a subir em 2001, com os ajustes patrimoniais, relacionados à grande parte dos títulos estarem atrelados à taxa cambial e a outros à taxa SELIC.

A preocupação com as contas externas era outro tema relevante no governo, o que justificava a desvalorização cambial, já que havia uma necessidade em diminuir a captação de recursos no exterior para reduzir os déficits na balança comercial e melhorar o saldo de transações correntes, o que possibilitaria a redução das taxas de juros e favoreceria o crescimento econômico.

A queda nas importações refletia-se mais por conta da queda na demanda por importação de bens de consumo, incluindo automóveis e bens intermediários, do que pela importação de petróleo, que diminuía, mas a um valor maior, e por bens de capital.

Quanto às exportações, a baixa demanda mundial levava a uma baixa no preço das commodities; a baixa atividade econômica da América Latina e incertezas no setor, aliadas à valorização do câmbio, contribuíram para o baixo desempenho do setor, o que fazia aumentar o déficit na balança comercial.

Outro fator importante que contribuía para a melhoria no saldo de transações correntes ainda em 1999 era a diminuição de despesas com turismo e transportes internacionais, por conta da desvalorização cambial.

A partir de então, verificava-se um aumento nas exportações e diminuição nas importações, atribuídas ao baixo crescimento econômico, bem como à desvalorização cambial, levando a uma redução no déficit em transações correntes.

Registrava-se um baixo crescimento econômico ao longo do segundo mandato, com o PIB registrando 2,1% a.a., gerado pelas incertezas causadas pela desvalorização cambial e uma possível geração de riqueza levava à diminuição nos investimentos; aumento nas taxas de juros na crise russa e após, e aumento na arrecadação, o que levava a uma contração na demanda.

Esperava-se uma diminuição no crescimento econômico, mas ocorria o contrário, um aumento no PIB em 0,79% em 1999, onde esperava-se um efeito riqueza por conta da proteção do governo ao setor privado, o que não ocorreu. Com a diminuição nas importações, aumentava a competitividade dos produtos nacionais, além da diminuição rápida na taxa de juros.

O que se podia notar é que, com a desvalorização cambial, havia um melhor desempenho fiscal sem risco cambial, o que contribuía para a redução nas taxas de juros que impulsionavam os investimentos e, por sua vez, a diminuição do desemprego, o que permitiria a retomada do consumo, pelo aumento da renda.

Para o ano de 2000, o desempenho continuava a melhorar, destacando-se o PIB de 5,4% do setor industrial que vinha apresentando fraco desempenho e principalmente pelo setor agrário que passava a contar com maiores incentivos como o Moderfrota, um programa de financiamento para a modernização da frota agrícola, além de beneficiar-se das taxas de câmbio e do crescimento econômico mundial em 2001/2002.

A partir de 2000, acreditava-se na retomada do crescimento, haja vista o aumento dos componentes de demanda, como aumento nas exportações pela taxa de câmbio, dos investimentos pela diminuição dos juros; o que contribuía para o aumento do consumo, porém, em 2001, eventos internos e externos como a Crise na Argentina; os atentados ao World Trade Center em 11 de setembro de 2001; a crise Nasdaq em 2001/2002 e a crise energética “apagão” entre 2001/2002 que resultou em racionamento de energia elétrica no Brasil, interromperam essa fase de crescimento econômico.

Figura 9: Taxas de Crescimento Econômico – PIB (%) – (1985-2002)

PIB (%) - (1985-2002)							
Ano	%	Ano	%	Ano	%	Ano	%
1985	7,8	1990	-4,3	1995	4,2	1999	0,5
1986	7,5	1991	1	1996	2,2	2000	4,4
1987	3,5	1992	-0,5	1997	3,4	2001	1,4
1988	-0,1	1993	4,9	1998	0,3	2002	3,1
1989	3,2	1994	5,8				

Dados: Fundação Getúlio Vargas - Centro de Contas Nacionais - diversas publicações, período 1947 a 1989; IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Contas Nacionais.

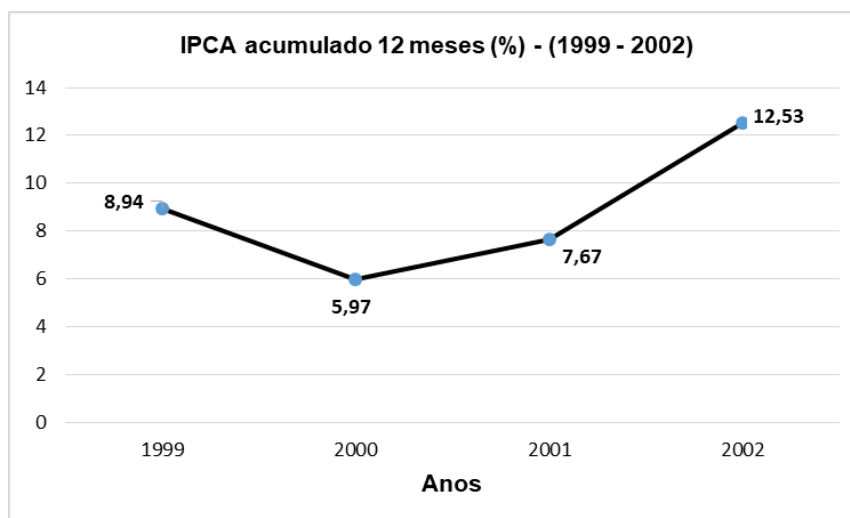
Fonte: Agência de Notícias IBGE. - <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/arquivos>

Com destaque para dois eventos, a crise na Argentina, que acarretava fuga de capitais no Brasil pela desvalorização cambial e pressionava a inflação, levando o Banco Central a aumentar a taxa de juros, diminuindo os investimentos, e a crise energética, “apagão”, ocorrida no período de 2001/2002, dada a falta de chuvas e de

investimentos na expansão de fornecimento de energia, o que gerava aumento nos custos e inflação, levando o governo a adotar o racionamento no fornecimento.

Após as crises de 2001/2002, mesmo com um superávit primário pelo aumento na carga tributária com a arrecadação de impostos, observava-se uma elevação na dívida pública em 2001, aumento nas taxas de juros e da inflação, baixando a expectativa de crescimento e aumentando o desemprego.

Figura 10 – Taxas de Inflação anual (%) - (1999 – 2002)



Fonte: IBGE – IPCA - <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>

Apesar dos problemas nos últimos anos do seu mandato, o Banco Central atingia as metas de inflação estabelecidas para 1999 e 2000, e registrava-se elevação do superávit comercial proporcionado pela desvalorização real da taxa de câmbio, ocasionada pela desvalorização da taxa de câmbio nominal.

Além das medidas econômicas, vale ressaltar que a desvalorização cambial contribuía para um melhor desempenho nas exportações e na economia interna, levando ao aumento nos investimentos e queda nas taxas de desemprego, que aumentava a renda da população e impulsionava o crescimento econômico. Contudo, os eventos internos e externos em 2001/2002 interromperam esse fluxo e faziam crescer novamente a taxa de desemprego, que mesmo assim ainda se manteve abaixo do registrado no primeiro mandato, que fora muito afetado por conta das crises dos países emergentes que levaram à manutenção de altas taxas de juros.

No entanto, embora todas as ações implementadas para combate à pobreza e às desigualdades não tivessem surtido o efeito esperado muito por conta dos impactos das elevadas taxas de juros, a implementação de programas de transferência de renda (**ANEXO D**) contribuiu para melhorar a vida de milhares de famílias de forma expressiva, como exemplo a ampliação do LOAS juntamente com o RMV que garantia 1 salário mínimo a idosos e deficientes mesmo sem contribuição, proporcionando renda a esta parcela da população; Bolsa-escola que era um benefício concedido a famílias com crianças na escola, porém limitava até 3 filhos; Bolsa-renda voltada a famílias pobres que sofriam em decorrência das secas; Bolsa-alimentação beneficiava mães que estavam em fase de aleitamento materno; o Auxílio Gás que doava R\$8,00 para subsidiar o custo do botijão de gás para famílias carentes e o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), proporcionava bolsas de estudo para crianças e as retirava do trabalho, o que contribuiu para melhoria no desenvolvimento econômico do país.

Figura 11: Número de benefícios concedidos - (1996-2002)

LOAS (Nível Brasil)	Anos						
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Benefícios Concedidos à Idosos	41.992	88.806	207.031	312.299	403.207	469.047	584.597
Benefícios concedidos à deficientes	304.227	557.088	641.268	720.274	806.720	870.072	976.257

Fonte: IPEADATA - <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, a inflação na economia de um país possui diversas causas e produz efeitos danosos ao crescimento econômico e na vida da sociedade.

No caso brasileiro, em especial, a partir de 1985 até meados de 1994, o processo inflacionário tomara proporções incontroláveis, gerando um efeito negativo em toda a economia, não só em termos financeiros, elevando o nível de pobreza e desigualdade no país, como também psicológicos na população.

Apesar das mais diversas tentativas de controlar a inflação, por meio da implementação de planos de estabilização econômica, durante os governos dos então presidentes José Sarney (1985-1989) e Fernando Collor de Mello (1990-1992), notava-se que a inflação só era controlada por um determinado tempo e pouco tempo depois ocorria a aceleração inflacionária. O país vivia “preso” a uma espiral inflacionária que não terminava, muito em função da indexação da economia, ou seja, sempre ocorriam reajustes para repor as perdas geradas pela inflação, bem como uma expectativa de inflação futura, o que só contribuía para aumento na inflação.

De todos os planos implementados antes do Plano Real, o Plano Collor (1991/1992), apesar de ter sido considerado o mais radical, controverso e traumático de todos, com o polêmico “Sequestro de bens”¹³ além do congelamento de preços, também contemplava o processo de abertura comercial do Brasil com o exterior, adoção do câmbio flutuante, redução do déficit público através de aumento e criação de impostos e diminuição dos ministérios, retomada da indústria nacional, como também o início do Processo de Privatizações. No entanto, o Plano Collor, fracassou como os demais, pois as medidas impopulares, como o congelamento de preços e confisco dos ativos e das poupanças, além de uma série de escândalos de corrupção, contribuíram para o descontrole da inflação e levaram, em 1992, ao impeachment do Presidente Fernando Collor, assumindo seu vice, Itamar Franco.

Já sob a presidência de Itamar Franco, em meados de 1993, o Plano Real começou a ser planejado com Fernando Henrique Cardoso à frente como Ministro da Fazenda, juntamente a outros economistas convidados.

¹³ **Sequestro de Bens** – Medida Radical do Plano Collor, que confiscou os ativos financeiros acima de NCZ\$50.000,00.

Acredita-se que a estratégia utilizada no planejamento e implantação do Plano Real tenha surtido efeito positivo, uma vez que, diferentemente dos planos antecessores, foi conduzido por etapas, sem grandes impactos e de forma clara e objetiva à população que, apesar de todo o histórico, se mostrava mais confiante.

Assim, o ajuste fiscal, com a implementação do PAI¹⁴; o aumento dos impostos e criação do IPMF; e aprovação do FSE¹⁵, bem como a criação da URV como novo indexador da economia, e a reforma monetária introduzindo o Real como moeda oficial valorizada pela URV, foram os principais mecanismos que conduziram ao sucesso do Plano Real em sua fase inicial.

Ressalta-se que, quando da implantação do Plano Real, o país contava com uma maior reserva internacional, além da globalização financeira e liquidez internacional, o que contribuiu para o processo de estabilização na economia.

No entanto, nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, as práticas adotadas para a manutenção da estabilização econômica e controle nas taxas de inflação foram adaptando-se aos acontecimentos tanto internos quanto externos, como exemplo, as crises Mexicana, Asiática, Russa, Argentina, Atentados nos Estados Unidos em 11 de Setembro de 2001, a crise do apagão em 2001/2002, entre outras.

O IPCA tornava-se o principal indicador macroeconômico e adotava-se o tripé econômico – I: Metas da Inflação; II: Taxas de câmbio Flutuante; e III: Metas de Superávits Primário.

Além da aprovação da CPMF no Congresso Nacional, que se revertia para o Governo Federal, a desvinculação de receitas e despesas através da DRU, antiga FSE; a criação da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000, desenvolvimento da Indústria, além de incentivos à modernização da agricultura, restabelecendo o setor agrário.

Acredita-se que o fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, aliado ao Tripé Macroeconômico, maiores poderes do Banco Central com políticas voltadas para o alcance das metas de inflação e a Lei de Responsabilidade Fiscal, possam ser considerados os principais mecanismos que possibilitaram o controle da inflação e a

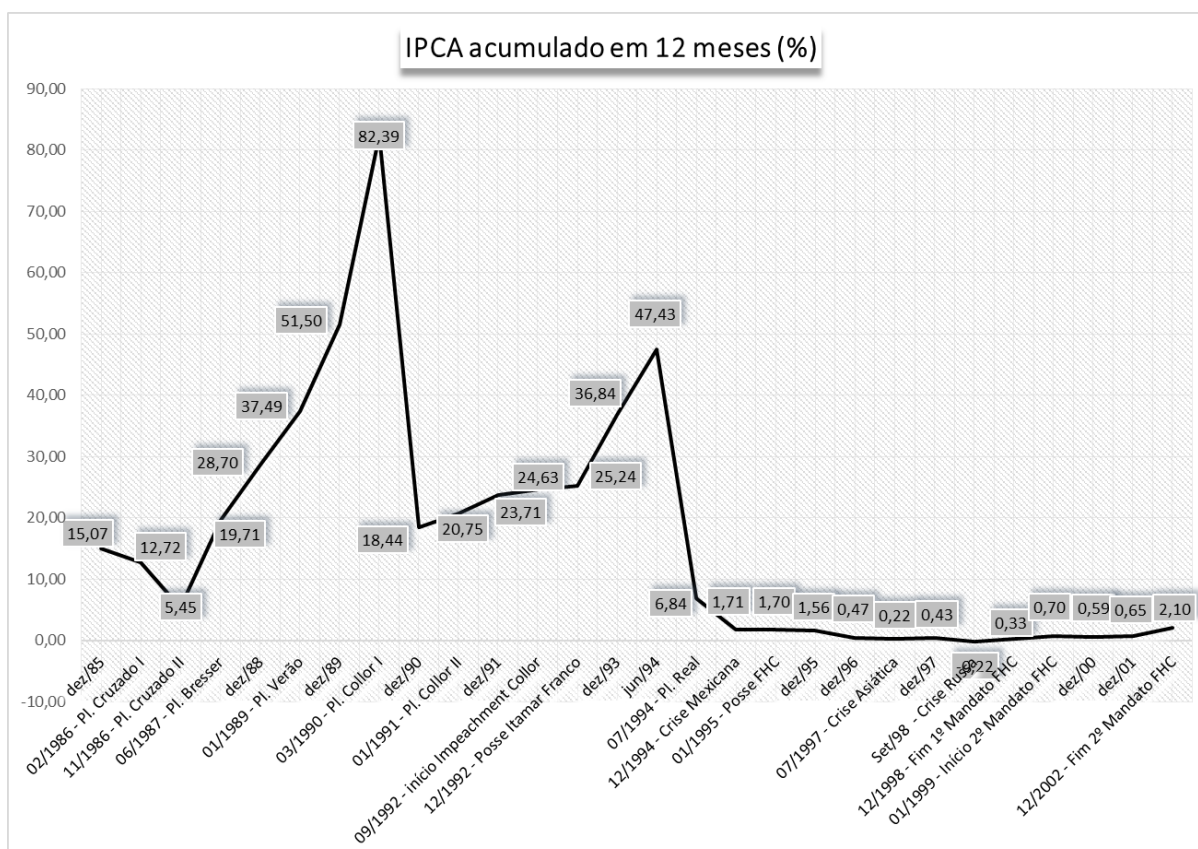
¹⁴ **PAI** - Plano de Ação Imediata, que previa corte de gastos e equilíbrio nas contas públicas e privatizações para aumento do superávit primário.

¹⁵ **FSE** – Fundo Social de Emergência, composto por 15% da arrecadação, e ficaria disponível para o governo federal

estabilidade da economia brasileira e que se encontra em vigor até os dias de hoje, desde a sua implantação no governo de Fernando Henrique Cardoso.

No gráfico abaixo, pode-se ver a trajetória das taxas de inflação, registradas no período compreendido entre 1985 até a implantação do Plano Real em 1994 e a continuidade de declínio e sua estabilização nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) e (1999-2002).

Figura 12 – Taxas de Inflação (%) – (1985-2002)



Fonte: IBGE – IPCA - <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?=&t=series-historicas>

Pode-se dizer que o comprometimento e a responsabilidade por parte do governo no planejamento, implantação e manutenção das medidas do Plano Real para o controle da inflação e estabilização da economia foram fundamentais para a credibilidade do plano junto à sociedade, que passou a ter maior poder de compra, além de serem beneficiadas por diversos programas sociais que fizeram parte deste governo, gerando renda para as famílias mais carentes.

Cabe ressaltar que, embora o plano real tenha conseguido romper a espiral inflacionária com a estabilização da economia e controle da inflação, sofreu diversas críticas além de impactos das crises externas quanto internas, que levavam a manter altas taxas de juros por conta dos desequilíbrios nas contas externas ao longo do período, não permitindo assim o crescimento econômico.

Apesar da queda na taxa da inflação, seus efeitos não foram sentidos da mesma forma em toda a população, persistindo a desigualdade econômica e social.

Dessa forma, uma análise mais aprofundada poderia explorar, por exemplo, os impactos do Plano Real sobre a economia informal, que representa parcela significativa da atividade econômica brasileira. Também é relevante investigar de que forma a estabilização dos preços contribuiu (ou não) para a redução da pobreza, o aumento da inclusão financeira e o fortalecimento do mercado de trabalho.

Assim, este trabalho oferece uma base sólida para futuras pesquisas que possam ampliar a compreensão sobre os efeitos de políticas de estabilização monetária no Brasil. Estudos que articulem a dimensão macroeconômica com aspectos sociais, como renda, emprego e informalidade, poderão contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

REFERÊNCIAS

ATLAS HISTÓRICO DO BRASIL – **Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003)** – atlas.fgv.br – Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/1072> - Acessado em 12 de outubro de 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – **O que é inflação** – Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao> - Publicação s.d. - Acessado em 23 de setembro de 2024

BANCO CENTRAL DO BRASIL – **30 anos do Plano Real** – Disponível em: https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/30anosreal?modalAberto=30anosreal_noticia3 – Publicação s.d. - Acessado em 28 de setembro de 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – **Pérsio Arida** – Coleção História Contada do Banco Central do Brasil – Vol. 20 – Cap. 5 – Pág. 61 a 71 – Disponível em: https://www.bcb.gov.br/historiacontada/publicacoes/hc_bc_volume_20_persio_arida.pdf - Brasília – 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – **Plano Real** – bcb.gov.br – Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/planoreal> – Publicado s.d. - Acessado em 22 de setembro de 2024.

CASTRO, J. Roberto – **O que foi o Plano Real e como ele controlou a hiperinflação** – 2019 – nexojornal.com.br – Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2019/06/30/O-que-foi-o-Plano-Real-e-como-ele-controlou-a-hiperinflacao> – Publicado em 30 de junho de 2019 – Atualizado em 28 de junho de 2024 – Acessado em 16 de setembro de 2024.

ESTAIANO, Flávio – **Planos Econômicos Brasileiros** – economaster.com.br – Disponível em: <https://economaster.com.br/economia/planos-economicos-brasileiros/> - Publicação (S.d.) – Acessado em 25 de março de 2025.

GOVERNO FHC – Unidade 05 – Economia Brasileira Contemporânea – 8º Período – Unigranrio.

GREMAUD, Amaury P.; VASCONCELLOS, Marco A. Sandoval; JÚNIOR, R. Toneto – **“A Saga dos Planos Heterodoxos: A Economia brasileira de 1985 a 1994”** - Economia Brasileira Contemporânea – 8ª Edição – São Paulo – Editora Atlas - Cap. 17 p. 453 – 488 – Acessado em 12 de setembro de 2024 - (Minha Biblioteca).

GREMAUD, Amaury P.; VASCONCELLOS, Marco A. Sandoval; JÚNIOR, R. Toneto – **“Governo Itamar Franco”** - Economia Brasileira Contemporânea – 8ª Edição – São Paulo – Editora Atlas - Cap. 17.2 p. 481 – 489 – Acessado em 18 de setembro de 2024 – (Minha Biblioteca).

GREMAUD, Amaury P.; VASCONCELLOS, Marco A. Sandoval; JÚNIOR, R. Toneto – **“Governo Fernando Henrique Cardoso”** - Economia Brasileira Contemporânea – 8ª Edição – São Paulo – Editora Atlas - Cap. 23 p. 593 – 637 – Acessado em 15 de outubro de 2024 – (Minha Biblioteca).

GREMAUD, Amaury P.; VASCONCELLOS, Marco A. Sandoval; JÚNIOR, R. Toneto – “**Inflação**” - Economia Brasileira Contemporânea – 8ª Edição – São Paulo – Editora Atlas - Cap. 5 p. 101 – 114 – Acessado em 04 de setembro de 2024 – (Minha Biblioteca).

IBGE – INPC – **Índice Nacional de Preços ao Consumidor** – Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html> – Publicado s.d. - Acessado em 20 de setembro de 2024.

IBGE – IPCA – **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo** – Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=conceitos-e-metodos> – Publicado s.d. - Acessado em 20 de setembro de 2024.

INFLAÇÃO – ibge.gov.br – disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php> – Publicado s.d. - Acessado em 05 de setembro de 2024.

IPEA – **Catálogo de Políticas Públicas** – ipea.gov.br – Disponível em: <https://catalogo.ipea.gov.br/consulta> - Atualizado em 28 de fevereiro de 2025 – acessado em 02 de abril de 2025.

OS PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO – Unidade 03 – Economia Brasileira Contemporânea – 8º Período – Unigranrio.

PEREIRA, L.C.B. – **A Economia e a Política do Plano Real** – São Paulo – scielo.br – Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/G6VvwwLfN6tqvZxy6RdCv5n/?lang=pt> – Publicado em 29 de maio de 2023 - Acessado em 14 de outubro de 2024.

PEREIRA, L. C. Bresser. – **A Inflação decifrada e vencida: Inércia e Plano Real** - Desenvolvimento e Crise no Brasil – História, Economia e Política de Getúlio Vargas à Lula – 5ª Edição – São Paulo – Editora 34 – Cap. 14 p. 294 a 300 – Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/books/desenvolvimento-e-crise-no-brasil-5a-edicao/14-cap-14-a-inflacao-decifrada-e-vencida-inercia-e-plano.pdf> - Acessado em 15 de outubro de 2024.

PORNER, W. – **Inflação, Estagflação, Desinflação e Deflação** – centradoinvestidor.com – Disponível em: <https://centradoinvestidor.com/inflacao-estagflacao-desinflacao-e-deflacao/> - Publicação s.d. - Acessado em 16 de setembro de 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – **Bibliografia Fernando Henrique Cardoso** – gov.br – Secretaria Geral – 2022 – Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/biblioteca-da-pr/galeria-dos-ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/biografia-completa-fernando-henrique-cardoso/> - Publicado em 05 de janeiro de 2022 – atualizado em 22 de fevereiro de 2022 – Acessado em 08 de abril de 2025.

QUEIROZ, T. – **Plano Real** – mundoeducacao.uol.com.br – Seção História do Brasil – Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/plano-real.htm> – Publicado s.d. - Acessado em 25 de setembro de 2024.

REIS, T. - **Plano Real: saiba como esse plano salvou a economia brasileira** – 2018 – suno.com.br – Seção Economia – Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/plano-real/> - Publicado em 05 de outubro de 2018 – Atualizado em 05 de abril de 2023 - Acessado em 18 de setembro de 2024.

REIS, T. – **Consenso de Washington: entenda o que foi esse conjunto de medidas liberais** – 2019 – suno.com.br – Seção Economia – Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/consenso-de-washington/> - Publicado em 08 de fevereiro de 2019 – Atualizado em 06 de abril de 2020 - Acessado em 12 de setembro de 2024.

REIS, T. – **Inflação: O que é, quais seus efeitos, e como se proteger dela** – 2023 – suno.com.br – Seção Economia – Disponível em: <https://www.suno.com.br/guias/inflacao/> - Publicado em 28 de agosto de 2023 – Atualizado em 29 de agosto de 2023 - Acessado em 15 de setembro de 2024

ROSSI, P. et al. – **Quais as causas da inflação?** – g1.globo.com – seção economia – Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/inflacao-causas/platb/> - Publicação s.d. – Acessado em 06 de abril de 2025.

ANEXO A – NOTÍCIA JORNAL O GLOBO – “COLLOR BLOQUEIA O DINHEIRO”

Registro do Jornal “O Globo”, de 17 de março de 1990, em que noticiava o bloqueio dos bens, além das novas medidas administrativas e econômicas do Plano Collor.

As íntegras das novas medidas administrativas e econômicas

Páginas 22, 23, 24 e 25



O tempo no Rio: céu parcialmente nublado e nublado, sujeito a pancadas de chuva. Temperatura variável. A máxima de ontem foi de 36,7 graus, em Bengui e mínima, 23, no Alto de Boa Vista.
Página 30

O GLOBO

Imperativo moral

As profundas mudanças na administração federal incluem uma mentalidade de severa austeridade — e mistram um caminho a seguir aos demais Poderes e níveis de governo do País.
Editorial, página 4

Vice-Presidentes:
RIGÉRIDO MARINHO JOÃO ROBERTO MARINHO

Fundador: IRINEU MARINHO Diretor-Redator-Chefe: ROBERTO MARINHO
ANO LIV — RIO DE JANEIRO, SÁBADO, 17 DE MARÇO DE 1990 — Nº 20.269

Diretor-Secretário: RICARDO MARINHO Diretor de Redação: EVANDRO CARLOS DE ANDRADE

Collor bloqueia o dinheiro



Zélio Cardoso de Melo, entre Antônio Kandir, Secretário do Planejamento, e Ibrahim Eris, Presidente do BC, explica o plano em entrevista coletiva.

No plano econômico mais radical já decretado no País, considerado duro demais até pelo ex-Ministro Octávio Gouvêa de Bulhões, o Plano Collor determina que o dinheiro em contas correntes ou cadernetas de poupança só pode ser sacado até o limite de NCZ\$ 50 mil. O restante ficará retido no Banco Central durante 18 meses, rendendo correção monetária e 6% de juros ao ano, e depois deste prazo só poderá ser sacado em 12 parcelas mensais. No caso de **overnight**, contas remuneradas e fundos de curto prazo, o saque é de até NCZ\$ 25 mil ou 20% do saldo (o que for maior), e sobre o valor sacado serão pagos 8% de tributação. As empresas também só poderão utilizar 20% de suas aplicações no **over** para pagar salários. Se o dinheiro for insuficiente, terão que recorrer ao crédito bancário ou à linha de desconto do BC.

Congresso reage com perplexidade

O Legislativo reagiu com perplexidade diante do novo plano. As lideranças políticas foram cautelosas evitando analisar as mudanças. O Líder do PDS, Amaral Neto, admitiu rever seu apoio a Collor, já o socialista João Hermann achou que as medidas “podem dar bons resultados”. Em atitude inédita, Collor foi a pé do Palácio do Planalto ao Congresso para entregar as medidas, que devem ser votadas em 30 dias.

Fonte: <https://www.sun0.com.br/artigos/plano-real>

ANEXO B – QUADRO COMPARATIVO DOS PLANOS ECONÔMICOS ANTERIORES E O PLANO REAL.

BRASIL - Resumo dos Principais Planos Econômicos e Seus Resultados - 1986/1994

Plano	Principais Medidas	Resultados
Cruzado		
Fevereiro de 1986	<p>Congelamento geral de preços e salários;</p> <p>Desindexação da Economia;</p> <p>Ausência de controle monetário e fiscal;</p> <p>Criação de nova moeda com corte de 3 zeros: cruzado.</p>	<p>Preços, salários e taxa de câmbio ficaram estáveis por 6 meses;</p> <p>Crescimento momentâneo do PIB;</p> <p>Crise no Balanço de Pagamentos</p> <p>Deterioração das expectativas dos agentes acerca de novas medidas.</p>
Bresser		
Junho de 1987	<p>Congelamento geral de preços e salários;</p> <p>Tentativa de ajuste fiscal;</p> <p>Tentativa de redução da dívida externa</p>	<p>Preços e salários ficaram estáveis por 3 meses;</p> <p>Fracasso no ajuste fiscal;</p> <p>Fracasso na negociação da Dívida Externa;</p> <p>Política monetária descontrolada;</p> <p>Recessão;</p> <p>Superávit comercial</p>
Verão		
Janeiro de 1989	<p>Congelamento geral de preços, salários e câmbio;</p> <p>Taxas de juros altas;</p> <p>Nova tentativa de ajuste fiscal;</p> <p>Desindexação parcial;</p> <p>Criação de uma nova moeda com novo corte de 3 zeros: cruzado novo.</p>	<p>Preços e salários ficaram estáveis por 2 meses;</p> <p>Política monetária entra em descontrole;</p> <p>Novo fracasso na tentativa de controle fiscal;</p> <p>Diminuição do superávit comercial;</p> <p>Calote da dívida externa</p> <p>Introdução de uma indexação diária;</p> <p>Hiperinflação</p>
Collor I		
Março de 1990	<p>Novo controle de preços e salários;</p> <p>Confisco das contas bancárias;</p> <p>Taxa de Câmbio apreciada;</p> <p>Ajuste fiscal;</p> <p>Foi reintroduzido o cruzeiro (extinto por ocasião do plano cruzado) em substituição ao cruzado novo, mantendo-se a paridade da moeda.</p> <p>Suspensão dos pagamentos da dívida externa;</p> <p>Desindexação de salários.</p>	<p>Preços e salários ficam estáveis por 2 meses;</p> <p>Política monetária expansionista;</p> <p>Ajuste fiscal curto e ineficiente;</p> <p>Fraca performance da balança comercial;</p> <p>Recessão;</p> <p>Nova crise de incerteza com deterioração das expectativas acerca da estabilização monetária.</p>
Collor II		
Fevereiro de 1991	<p>Controle de preços e salários;</p> <p>Desindexação;</p> <p>Ajuste das tarifas públicas;</p> <p>Redução das alíquotas de importação.</p>	<p>Preços e salários seguiram estáveis por 3 meses;</p> <p>Criação de uma taxa de indexação usada na maioria dos contratos;</p> <p>Deterioração, em termos reais, das tarifas públicas.</p>
Real		
Março/Julho de 1994	<p>Renegociação da Dívida Externa;</p> <p>Criação de um indexador diário e oficial correspondente à variação do US\$ - URV;</p> <p>Conversão do cruzeiro novo em Real pela URV do dia 1º de julho de 1994;</p> <p>Preços e salários livres;</p> <p>Salário mínimo passa a ser reajustado 1 vez por ano;</p> <p>Política cambial passa a funcionar segundo um sistema de bandas;</p> <p>Abertura comercial ampla;</p> <p>Aceleração do processo de privatização;</p> <p>Reservas internacionais como lastro para a nova moeda;</p> <p>Implementado o sistema de metas monetárias;</p> <p>Proibição de indexação de contratos por prazo inferior a um ano.</p>	<p>Forte queda da inflação;</p> <p>Inserção das classes C e D no mercado consumidor;</p> <p>Remonetização e aquecimento da economia;</p> <p>Forte deterioração da balança comercial;</p> <p>Aumento dos gastos públicos;</p> <p>Fim do imposto inflacionários;</p> <p>Fragilização do sistema bancário;</p> <p>Aumento da confiança dos agentes externos;</p> <p>Forte influxo de capitais externos.</p>

Fonte: Rev. Conjuntura Econômica - Edição Especial - novembro 1997.

<https://economaster.com.br/economia/planos-economicos-brasileiros/>

ANEXO C – O BRASIL ANTES E DEPOIS DO PLANO REAL

O Brasil antes e depois do Plano Real

ANTES DO REAL

Inflação descontrolada na década anterior

- Perda da noção de valor das coisas
 - Todos contra todos tentando se defender da inflação
- Sistema financeiro e setor público se beneficiavam com a inflação
- Aumento da desigualdade social: população mais carente sem proteção financeira contra o aumento de preços

AS PRÁTICAS QUE ACABARAM COM A CHEGADA DO PLANO REAL

- Remarcação frenética de preços
- Troca frequente de moeda brasileira
- Ampla indexação formal e informal

3 ETAPAS DO PLANO REAL

AJUSTE FISCAL EMERGENCIAL

corde de gastos e flexibilidade orçamentária

URV

De março a junho de 1994, os preços da economia eram declarados em URV, "a moeda de conta". O BC atualizava diariamente o valor da URV em cruzeiros reais, "a moeda de pagamento"

O REAL

Em 1º de julho, uma URV (que valia CR\$2.750) foi convertida em um real, a nova moeda de pagamento, de conta e reserva de valor do Brasil

DEPOIS DO REAL

O sucesso do Plano Real construiu as bases para a estabilidade macroeconômica, favorecendo:

- a redução da desigualdade de renda;
- as reformas institucionais para garantir o equilíbrio fiscal duradouro;
- a reforma do sistema financeiro para assegurar a solidez e a eficiência em ambiente com preços estáveis;
- o aperfeiçoamento da supervisão bancária;
- o fortalecimento do mercado de crédito;
- a adesão às melhores práticas internacionais – Metas para a inflação e Acordos da Basileia;
- a promoção da cidadania financeira;
- o fortalecimento do papel do BC na defesa da estabilidade de preços dada a consolidação da aversão social à inflação.

URV, O GRANDE DIFERENCIAL

A URV foi uma moeda de transição, entre março e junho de 1994, que atuou exclusivamente como "unidade de conta". A URV era indexada ao dólar americano – enquanto o meio de pagamento em circulação, o cruzeiro real, perdia seu valor por conta da inflação.

URV – Cotação diária em CR\$	
1/3/1994	URV = CR\$647,50
2/3/1994	URV = CR\$657,50
...	...
29/6/1994	URV = CR\$2.698,46
30/6/1994	URV = CR\$2.750,00
1/7/1994	URV é convertida no real

Os preços, uma vez convertidos em URV, pouco se elevaram, enquanto o correspondente em cruzeiros reais elevava-se todos os dias.

Esperava-se que os agentes econômicos aprendessem a não ajustar os preços com base na inflação passada. Assim, a URV serviu para travar a chamada inflação inercial.

Em julho de 1994, todos os preços em URV foram convertidos na nova moeda, o real. Uma URV valia um real.



Fonte: Banco Central

<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/planoreal><https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/planoreal>

ANEXO D – PROGRAMAS SOCIAIS IMPLEMENTADOS NO GOVERNO FHC – (1995-2002)

GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - (1995-2002)					
Políticas e Programas Sociais	grande área	área	subareas	ano	vigencia_início
Programa Nacional de Controle da Tuberculose	Social	Saúde	Saúde	1996	
Programa Nacional de Controle de Qualidade Externo em Sorologia e Imunohematologia para Unidades Hemoterápicas (PNCQES)	Social	Saúde	Saúde	1996	13/09/1996
Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE)	Social	Educação		1997	28/04/1997
Programa de Atendimento aos Desnutridos e às Gestantes em Risco Nutricional (Programa Leite é Saúde)	Social	Segurança Alimentar	Saúde	1997	15/09/1997
Política Nacional de Transplantes de Órgãos e Tecidos	Social	Saúde	Saúde	1997	05/02/1997
Política Nacional de Medicamentos	Social	Saúde	Saúde	1998	30/10/1998
Programa Voluntários	Social	Assistência Social	Assistência Social	1998	18/02/1998
Programa Emergencial de Frentes Produtivas	Social	Assistência Social	Assistência Social	1998	16/12/1998
Programa de Combate às Carências Nutricionais (PCCN)	Social	Segurança Alimentar	Saúde	1998	23/03/1998
Programa Nacional de Combate ao Câncer de Colo Uterino	Social	Saúde	Saúde	1998	21/06/1998
Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade na Construção Habitacional (PBQP-H)	Social	Habituação e Urbanismo	Habituação - Assistência Social	1998	18/12/1998
Política Nacional de Saúde do Idoso	Social	Saúde	Saúde	1999	10/12/1999
Programa Nacional de Cooperação em Adoção Internacional	Social	Relações Exteriores	Relações Exteriores	1999	17/09/1999
Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas	Social	Direitos Humanos	Direitos da Cidadania	1999	14/07/1999
Política Nacional de Alimentação e Nutrição	Social	Segurança Alimentar	Saúde	1999	10/06/1999
Política Nacional de Educação Ambiental	Social	Educação	Educação - Meio Ambiente	1999	28/04/1999
Programa Nacional do Patrimônio Imaterial	Social	Cultura	Cultura	2000	07/08/2000
Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento	Social	Saúde	Saúde	2000	01/06/2000
Programa Nacional de Controle e Eliminação da Hanseníase e de Outras Dermatoses de Interesse Sanitário	Social	Saúde	Saúde	2000	26/07/2000
Programa Permanente de Organização e Acompanhamento das Ações Assistenciais em Saúde Mental	Social	Saúde	Saúde	2000	19/07/2000
Programa Cadastro Único	Social	Assistência Social	Assistência Social	2001	24/07/2001
Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata	Social	Saúde	Saúde	2001	21/09/2001
Programa Nacional de Renda Mínima	Social	Assistência Social	Assistência Social	2001	12/04/2001
Política Nacional de Cinema	Social	Cultura	Cultura	2001	10/09/2001
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	Social	Assistência Social	Assistência Social	2001	04/10/2001
Programa de Avaliação Externa da Qualidade em Hemocomponentes (AEQ Hemocomponentes)	Social	Saúde	Saúde	2001	
Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde	Social	Saúde	Saúde	2001	06/02/2001
Programa de Avaliação Externa da Qualidade em Imunohematologia (AEQ Imunohematologia)	Social	Saúde	Saúde	2001	
Política de Saúde Mental	Social	Saúde	Saúde	2001	09/04/2001
Programa de Avaliação Externa da Qualidade em Sorologia (AEQ Sorologia)	Social	Saúde	Saúde	2001	
Política Nacional para a Atenção às Pessoas com Coagulopatias, Outras Doenças Hemorrágicas Hereditárias e Plaquetopatias	Social	Saúde	Saúde	2001	21/03/2001
Programa Nacional de Triagem Neonatal	Social	Saúde	Saúde - Gênero	2001	06/06/2001
Programa Nacional para Cooperação no Regresso de Crianças e Adolescentes Brasileiros Seqüestrados Internacionalmente	Social	Relações Exteriores	Relações Exteriores	2001	05/10/2001
Projeto Alvorada - Programa de Combate à Pobreza IDH-14	Social	Assistência Social	Assistência Social - Educação - Saúde	2001	08/03/2001
Plano Nacional de Mobilização e Intensificação das Ações para Eliminação da Hanseníase e Controle da Tuberculose	Social	Saúde	Saúde	2001	
Programa Nacional de Coagulopatias Hereditárias	Social	Saúde	Saúde	2001	
Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Saúde (Bolsa Alimentação)	Social	Segurança Alimentar	Assistência Social	2001	

GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - (1995-2002) - (continuação)					
Políticas e Programas Sociais	grande área	área	subareas	ano	vigencia_início
Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)	Social	Educação	Educação - Ensino Superior	2001	12/07/2001
Programa Núcleo de Apoio à Família (NAF)	Social	Assistência Social	Assistência Social	2001	03/12/2001
Política Nacional de Sangue, Componentes e Hemoderivados	Social	Saúde	Saúde	2001	22/03/2001
Programa de Arrendamento Residencial	Social	Assistência Social	Assistência Social - Habitação	2001	14/02/2001
Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde	Social	Saúde	Saúde	2001	20/12/2001
Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por acidentes e violências	Social	Saúde	Saúde	2001	16/05/2001
Programa Diversidade na Universidade	Social	Igualdade Racial	Educação - Direitos da Cidadania	2002	14/11/2002
Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência	Social	Saúde	Saúde	2002	05/06/2002
Política Nacional da Biodiversidade	Social	Meio Ambiente	Gestão Ambiental	2002	23/08/2002
Programa Auxílio-Gás	Social	Assistência Social	Assistência Social	2002	25/01/2002
Programa Nacional de Ações Afirmativas	Social	Igualdade Racial	Direitos da Cidadania	2002	14/05/2002
Programa Garantia Safra	Social	Agropecuária e Agrária	Agricultura	2002	10/04/2002
Programa de Educação Fiscal Virtual para crianças e adolescentes	Social	Educação	Educação	2002	22/10/2002
Programa Nacional de Avaliação do Sistema Hospitalar/Psiquiatria (PNASH/PSIQUATRIA)	Social	Saúde	Saúde	2002	31/01/2002
Programa Nacional de Incentivo à Parceria entre os Hospitais Filantrópicos Sem Fins Lucrativos	Social	Saúde	Saúde	2002	30/08/2001
Programa Nacional de Atenção Comunitária Integrada a Usuários de Álcool e Outras Drogas	Social	Saúde	Saúde	2002	30/04/2002
Política Nacional Antidrogas	Social	Justiça e Segurança Pública	Segurança Pública	2002	26/08/2002
Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas	Social	Saúde	Saúde	2002	31/01/2002
Programa Bolsa-Renda	Social	Assistência Social	Assistência Social	2002	15/05/2002
Programa de Assistência aos Portadores da Doença de Alzheimer	Social	Saúde	Saúde	2002	12/04/2002
Programa Permanente de Capacitação de Recursos Humanos da rede SUS para os Serviços de Atenção aos Pacientes com Transtornos causados pelo Uso Prejudicial e/ou Dependência de Álcool e Outras Drogas	Social	Saúde	Saúde	2002	30/04/2002

Fonte: IPEA

<https://catalogo.ipea.go.br/consulta>